



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE**

**JULIANA MARQUES BATISTA DOS SANTOS**

**A PSICOLOGIA FORA DO *SETTING* TERAPÊUTICO:  
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

ARIQUEMES – RO

2019

**Juliana Marques Batista dos Santos**

**A PSICOLOGIA FORA DO *SETTING* TERAPÊUTICO:  
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel Psicólogo.

Prof.<sup>a</sup> Orientador (a): Ms. Carla Patrícia Rambo Matheus

Ariquemes – RO

2019

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Júlio Bordignon - FAEMA**

---

SANTOSa	SANTOS, Juliana Marques Batista Dos.
	A Psicologia fora do setting terapêutico: Um relato de experiência. / por Juliana Marques Batista Dos Santos. Ariquemes: FAEMA, 2019.
	81 p.
	TCC (Graduação) - Bacharelado em Psicologia - Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA.
	Orientador (a): Profa. Ma. Carla Patrícia Rambo MATHEUS.
	1. História da Psicologia. 2. História da Psicologia Social. 3. Papel do psicólogo social. 4. Políticas públicas. 5. Relato de experiência. I MATHEUS, Carla Patrícia Rambo. II. Título. III. FAEMA.
	CDD:150.

---

**Bibliotecário Responsável**  
**EDSON RODRIGUES CAVALCANTE**  
CRB 677/11

**Juliana Marques Batista dos Santos**

<http://lattes.cnpq.br/7621083297998386>

## **A PSICOLOGIA FORA DO *SETTING* TERAPÊUTICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Psicologia, da Faculdade de Educação e Meio Ambiente como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel Psicólogo.

### **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Orientadora: Ms. Carla Patrícia Rambo Matheus  
<http://lattes.cnpq.br/4834773672725638>  
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

---

Prof. Esp. Hanns-Muller Marques Lopes  
<http://lattes.cnpq.br/0980807319261415>  
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Luana Patrícia Castor Cunha  
<http://lattes.cnpq.br/8278371868633484>  
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Ariquemes, 24 de Junho de 2019.

A Deus pelo dom da vida, por me fazer forte,  
nunca me abandonar e nunca me  
desamparar.

À minha família pelo apoio e amor de  
sempre.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a **Deus**, o Senhor de todas as coisas e de toda vida. Sem Ti eu não estaria aqui, eu não teria conseguido. Obrigada **Jesus Cristo**, pela misericórdia renovada a cada manhã em minha vida, por ser meu intercessor e meu ajudador.

Aos meus pais, **Narcizo Batista** e **Helia Marques**, pelo exemplo de humildade, respeito e humanidade. Por nunca me negarem a oportunidade de estudar, e mesmo sem saberem, me instigarem ir a busca de uma vida melhor. Essa conquista também é de vocês!

Ao meu amor, meu marido, **Paulo**. Muito obrigada sempre me lembrar de que eu sou uma pessoa capaz de vencer qualquer obstáculo. Obrigada também por ser meu apoio em tudo o que faço e nunca deixar de acreditar em meu potencial. Suas palavras de ânimo me encorajaram a prosseguir neste processo.

Aos meus irmãos **Elaine**, **Renato** e **Igor**, e aos meus sogros **Eder** e **Lucimara** por acreditarem em mim, mais do que eu mesma poderia acreditar, e pela intercessão sobre minha vida. Através de pequenos gestos e singelas palavras, foram grandes incentivadores.

Aos meus sobrinhos **Higson**, **Bárbara**, **Antônio** e **Helena** por me instigarem a ser uma pessoa melhor cada dia. E pelo amor que nos une e me fortalece cada dia mais.

Aos meus amigos **Érica** e **Gabriel** pelo incentivo, pela parceria, pela cumplicidade e principalmente por terem me proporcionado momentos de muitas alegrias e risos, sendo peças fundamentais para aliviar a tensão dessa vida acadêmica. Obrigada pelo acolhimento, amor, carinho e amizade que sem dúvida permanecerá para a vida toda.

Aos professores e colegas de curso (**FAAr** e **FAEMA**), pois foram pessoas de suma relevância nesta importante etapa da minha vida. Em especial, à minha orientadora Ms. **Carla Patrícia Rambo Matheus** e meu supervisor de estágio Esp. **Hanns-Muller Marques Lopes**, por não desistirem de mim e sempre me fazerem lembrar

que sou um ser potente e capaz. Obrigada pela empatia e cuidado sempre que precisei. Minha eterna admiração pelo ser humano e profissional que vocês são!

A cada um que me hospedou, durante todos esses anos, em sua casa. Afinal, por morar em outro município precisei da ajuda de algumas pessoas, e cada um foi humildemente receptivo comigo. Em especial à minha amiga linda **Érica**, pois na reta final dos estágios passei semanas em sua casa e nunca fui maltratada ou desrespeitada, ao contrário, fui calorosamente bem recebida em todas as vezes, e ainda fui “adotada” por toda sua família.

A Instituição **Polícia Militar Mirim** do município de Ariquemes/RO pela receptividade, hospitalidade e pela oportunidade da realização do Estágio Supervisionado que possibilitou a execução deste trabalho.

Ao leitor desconhecido que passará os olhos sobre este trabalho. Não adivinharei quem é, todavia dou-lhe meu agradecimento por se interessar em explorar a minha pesquisa.

*“A pessoa inteira é aquela que estabelece um contato significativo e profundo com o mundo à sua volta. Ela não só escuta a si mesma, como também às vozes de seu mundo. A extensão de sua própria experiência é infinitamente multiplicada pela empatia que sente em relação aos outros”.*

*John Powell*

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso expressa o relato de experiência da autora em prática de Estágio Supervisionado III – Psicologia e Processo de Prevenção e Promoção da Saúde da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA.

Definir a Psicologia como ciência é algo complexo e até mesmo árduo, pois é uma ciência que estuda o ser humano. Há uma área deste saber que analisa o indivíduo de maneira coletiva, ou seja, sua interação com o mundo. Para tal campo dá-se o nome de Psicologia Social. Ao refletir acerca da Psicologia Social, arrisca-se tê-la como algo que está em incessante transição, que está sendo reproduzida novos estudos do ser, novos conhecimentos e novos procedimentos. Para Gondim, Magalhães e Bastos (2010) o psicólogo de interesse social é dedicado por práticas que lhe permita intervir na conduta do ser humano a fim de propiciar a saúde, o desenvolvimento e o bem-estar.

Outra incumbência que tem sido centro de estudo do psicólogo social é a ação frente às políticas públicas, contribuindo para que os sujeitos desenvolvam e entendam suas capacidades e as utilizem para consumir com a vulnerabilidade. Certamente para muitas pessoas a definição de políticas públicas pode aparentar algo intangível, no entanto, elas são sólidas e se fazem presentes no cotidiano da população brasileira. Por fim, a pesquisa se delimitou descrever, por meio do relato de experiência, a atuação do profissional de Psicologia Social aplicada ao trabalho. Considerou-se que é possível e viável arriscar-se na criação de intervenções que realizem análises políticas e históricas e que reflitam sobre as numerosas vivências subjetivas e sociais no dia a dia.

**Palavras-chaves:** História da Psicologia, história da Psicologia Social, papel do psicólogo social, políticas públicas e relato de experiência.

## ABSTRACT

This work of course conclusion express the author's experience report in practice of supervised internship III – Psychology and Process of Health Promotion and Prevention of Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA.

Define psychology as a science is something complex and even arduous, for is a science that studies the human. There is a area of this knowledge that analyze the individual in a coletive way, in other words their interaction with the world. For this field is given the name of Social Psychology. Reflecting about Social Psychology, risks to have this psychology as something that is in incessant transition, that is being reproduced new studies of being, new knowledge and new procedures. For Gondim, Magalhaes e Bastos (2010) the psychologist of social interesting is dedicated to practices that permites to him to intervence in the human conduct in order to propitiate the health and the well-being.

Other assignment that has been the point of the social psychologist study is the action in front of public policy, contributing for the individuals develop and understand their capabilities and utilize them to consume with vulnerability. Certainly for much people the definition of public politics can pretend something unattainable, however they are solid and make themselves present in Brazilian population daily. Lastly the research it was delimited to describe by means of the experience report, the social psychology professional applied to work.

It was considered that is possible and viable to risk in the creation of interventions that perform policy and historical analyzes that reflect about numerous subjective and social experiences day by day.

**Keywords:** Psychology History, Social Psychology History, Role of Social Psychologist, Public Policity and Experience Reports.

## **LISTA DE SIGLAS**

ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social

ALAPSO – Associação Latino-Americana de Psicologia Social

AVEPSO – Associação Venezuelana de Psicologia Social

BPM – Batalhão de Polícia Militar

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

CRP – Conselho Regional de Psicologia

FAEMA – Faculdade de Educação e Meio Ambiente

OMS – Organização Mundial de Saúde

PMM – Polícia Militar Mirim

PMMs – Policiais Militares Mirins

RAPS – Rede de Atenção Psicossocial

SUS – Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	<b>15</b>
2.1 OBJETIVO GERAL .....	15
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	15
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>16</b>
<b>4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>20</b>
4.1 HISTÓRIA DA PSICOLOGIA .....	20
<b>4.1.1 História da Psicologia Social</b> .....	<b>26</b>
4.2 PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NO SOCIAL .....	30
<b>5 O PSICÓLOGO FORA DO <i>SETTING</i> TERAPÊUTICO – ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO SOCIAL</b> .....	<b>37</b>
5.1 PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	43
<b>6 PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO</b> .....	<b>49</b>
6.1 RELATO DE EXPERIÊNCIA .....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>72</b>

## INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é de grande importância na construção acadêmica de alunos universitários nos mais variados cursos, pois é onde acontece o contato dos estudantes com a prática de sua futura profissão. O estagiário tem a oportunidade de desenvolver a prática tendo como base teoria antes apreendida no âmbito observado, sempre contando com a orientação de um professor supervisor. Segundo Silva (2006, p. 19) “A supervisão por oferecer ao supervisionando um retorno do seu desempenho, uma orientação para suas atitudes nos momentos de confusão e necessidade adquire uma importância considerável.”. Assim, o estágio supervisionado, especialmente em Psicologia, é de grande relevância na vida do futuro profissional psicólogo, pois este é um especialista que lida com a vida de outrem em seu mais variado contexto.

Em se tratando desta multiplicidade de contexto em que o ser humano se depara, sabe-se que este é incluído em diversos grupos sociais desde seu nascimento, sendo o primeiro a família, posteriormente, a igreja, escola, amigos, trabalho, dentre outros (não necessitando ser nesta ordem). Em cada um desses grupos sociais e/ou instituições, o mesmo se depara com inúmeros questionamentos favoráveis ou não.

A presença do psicólogo em grupos como comunidades, organizações e instituições pode vir a contribuir para possíveis soluções de conflitos sociais existentes nestes ambientes em que indivíduos estão inseridos, bem como questões subjetivas destes. Em diversos momentos o psicólogo se depara com situações que podem causar grande impacto, mas sabe-se que existe a imprescindibilidade de sustentar-se prudente, em busca de melhores condições de vida para os indivíduos e suas determinadas vivências apresentadas. O trabalho do psicólogo, nestes ambientes, deve ser voltado para a promoção de saúde objetivando a inserção social de cada sujeito, promovendo assim, o bem-estar psicossocial, assistência social, fortalecimento dos valores de convivência e de solidariedade.

Com base nisso, o presente trabalho, tem como objetivo relatar a experiência de uma acadêmica em sua prática no Estágio Supervisionado III – Psicologia e Processo de Prevenção e Promoção da Saúde, do 9º (nono) período de Psicologia

da instituição de ensino FAEMA, com enfoque na área de prevenção e promoção da saúde, devidamente orientado pelo professor especialista responsável por tal estágio supervisionado. Para tanto, desenvolveu-se ações interventivas que propiciassem a experiência prática do profissional de Psicologia. Tais ações foram realizadas com a equipe de colaboradores da PMM (Polícia Militar Mirim) do 7º BPM (Batalhão de Polícia Militar) do município de Ariquemes/RO, considerando a grande importância em se tratar de assuntos sobre a vivência de prática profissional para o leitor acadêmico. Enquanto relato de experiência, Cavalcante e Lima (2012) atestam que o mesmo é um instrumento da pesquisa descritiva que expõe uma análise acerca de uma atividade ou um aglomerado de atividades que discutem um contexto experienciado no campo profissional de interesse da população científica.

É também objetivo apresentar um breve histórico da Psicologia e da Psicologia Social, levando em consideração a relevância em se falar deste assunto na compreensão da prática do psicólogo no âmbito social, bem como em políticas públicas. Sabe-se que a realidade da atuação da Psicologia necessita estar cada vez mais próximas das reais demandas da sociedade brasileira. Segundo Matsumoto (2013) o ser humano é um ser da ação, um ser que atua no universo ao passo em que constrói relações sociais, e neste decurso, transforma-se a si mesmo.

Entre essas relações sociais, há a inserção destes sujeitos no ambiente laboral. É sabido que este ambiente é gerador de estresse na vida de sujeitos, diante disso, ações que promovam estratégias de enfrentamento ao estresse ( *coping* ) se fazem necessárias a estes indivíduos. Assim o questionamento é: de que forma o psicólogo pode intervir neste contexto? Buscou-se trazer caminhos a fim de traçar respostas a tal questionamento mesmo não sendo objetivo desta pesquisa, mas por entender que tal indagação está entrelaçada no imaginário de profissionais ou leigos na frente atuação de psicólogos fora do  *setting*  terapêutico.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Relatar a vivência de uma estagiária em prática de estágio supervisionado com ênfase em Psicologia e Processo de Prevenção e Promoção da Saúde.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- ✓ Apresentar um breve histórico da Psicologia e da Psicologia Social;
- ✓ Descrever sobre a atuação do psicólogo social;
- ✓ Demonstrar a relação entre a Psicologia e as políticas públicas.

### 3 METODOLOGIA

Esta construção científica se caracteriza como uma pesquisa descritiva, qualitativa, do tipo relato de experiência sobre uma ação de promoção à saúde desenvolvida a equipe de colaboradores de uma instituição social. Tal ação foi executada por duas estagiárias do curso de graduação em Psicologia. Vale esclarecer que, neste projeto há o relato de apenas uma das estagiárias.

Segundo Gil (2002) as pesquisas descritivas têm como meta principal o detalhamento das particularidades de respectivo público ou fenômeno ou, então, a determinação de relações entre variantes. Em se tratando de pesquisas qualitativas, Minayo (2002) afirma que esta corresponde a situações muito específicas, preocupando-se, nas ciências sociais, com um grau de veracidade que não permite ser quantificado. Ou seja, este tipo de pesquisa lida com o universo de conceitos, justificativas, condutas, princípios, pretensões e convicções, condizente a um espaço amplo e intenso dos processos, das relações e dos fenômenos que não devem ser comprimidos à instrumentalização de propriedades.

Cabe ressaltar que, para a execução do respectivo relato, não houve a necessidade da submissão para avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa, por se tratar de uma pesquisa que expõe a vivência prática da autora, em uma experiência na área profissional da Psicologia Social.

Da descrição do local, que serviu de cenário para a realização do estágio supervisionado, compreende-se da seguinte maneira: a PMM é um projeto social amparado pelo 7º BPM do município de Ariquemes/RO, que atende adolescentes – chamados de PMMs (Policiais Militares Mirins) – de ambos os sexos, residentes no município citado, com idade entre 11 (onze) e 18 (dezoito) anos.

A PMM foi fundada aos dias 23 (vinte e três) de março de 2011 (dois mil e onze), trata-se de uma entidade sem fins lucrativos. Segundo Gomes (2014, p.117) “As entidades sem fins lucrativos, denominadas de Terceiro Setor, desenvolvem atividades de relevante valor social, como forma de parceria do Estado. [...] Não visam a auferir lucro e atuam sem a burocracia das iniciativas governamentais.”. A PMM, em especial, sobrevive de doações tanto de mantimentos como alimentos e produtos de limpeza, quanto de doações de trabalho como aulas específicas que

são ministradas aos adolescentes. Na época do estágio, a instituição contava com um convênio com a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no entanto, no decorrer do mesmo houve o vencimento de tal convênio, sendo um gerador de muitas situações adversas aos envolvidos.

É uma instituição que funciona em unidade inserida na área urbana e rural do município, e visa à promoção da autonomia, a inclusão social e produtiva e a melhoria da qualidade de vida de seus usuários, como também dos familiares destes, pois é perceptível a importância da inclusão das famílias em ações sociais desenvolvidas pela PMM que vislumbra uma sociedade com valores familiares mais sólidos. Como também, propicia aos seus usuários conhecimentos acerca de princípios como ética, hierarquia, disciplina e cidadania.

As atividades desenvolvidas no local tem cunho de abrangência social, pois têm como objetivo a diminuição da violência; o afastamento dos participantes das ruas buscando assim, evitar o contato com drogas lícitas e ilícitas que atualmente fazem parte do cotidiano de nossa sociedade; a formação para a cidadania; o protagonismo juvenil e a autonomia dos mesmos, com a finalidade de contribuir para a formação intelectual, moral, emocional, civil e física destes.

Quando o estágio foi realizado, havia toda uma equipe de colaboradores por trás da gestão do local, em que as funções eram divididas entre eles. Podendo ser classificada como uma equipe proativa e com um bom relacionamento interpessoal. Sua composição se fazia da seguinte maneira: um homem que exercia o cargo de Comandante sendo este um SD (Soldado) PM (Policial Militar), outros dois chamados de Coronel, uma psicóloga, uma assistente social, um instrutor de fanfarra voluntário, uma enfermeira voluntária, cinco cozinheiras que intercalavam entre si os dias de trabalho, um professor de Jiu-Jitsu voluntário, alguns pais voluntários e uma recepcionista, todavia devido ao fato de questões financeiras sofrida pela instituição, no decorrer do período de estágio, esta última, não pôde mais cumprir com sua atividade, ficando assim escalados para o trabalho na recepção alguns PMMs.

Justamente frente à situação financeira a qual a instituição se encontrava, identificada através do processo de observação sistemática realizado no local de estágio, fazendo com que aqueles que estavam diretamente envolvidos e informados da lamentável condição, ou seja, a equipe de colaboradores se

desestabilizasse, individualmente falando, gerando estresse emocional em todos, proporcionando então, que o foco de intervenção fosse desenvolvido com os mesmos. Para Gil (2008) a observação sistemática é comumente usada em estudos que têm por foco a definição concreta dos fenômenos ou o ensaio de suposições, nela o investigador conhece quais as questões da população ou grupo que são importantes para obter os objetivos almejados. Ainda conforme o autor “Por essa razão, elabora previamente um plano de observação.” (p. 104).

Todo o período de estágio ocorreu entre os dias 06 de março de 2018 a 26 de junho do mesmo ano, em que as visitas se dividiram em uma ou duas vezes por semana no local, bem como em várias atividades extras que a instituição organizava e participava fora do seu espaço físico. Após a etapa de observação da dinâmica do local – que se estendeu por aproximadamente dois meses –, ocorrida no início do estágio, possibilitou a decisão do público-alvo, e posteriormente, as intervenções se deram em sete encontros interventivos com a equipe e mais um dia especial de promoção de visibilidade do local, em que os PMMs realizaram uma apresentação no prédio da FAEMA.

Vale ressaltar que as intervenções se deram no formato de grupo que, para Rasesa e Rocha (2010), este é o símbolo do coletivo que possibilita a análise do sofrimento compartilhado, desenvolvendo as maneiras de compreensão e importância do processo saúde-doença, e elabora a administração e atuação paralelas.

Esta pesquisa de relato de experiência foi embasada por uma gama literária científica. Para tanto foram usados 34 artigos, 23 livros, 09 dentre teses, dissertações e monografias, 03 dados do Ministério da Saúde, 01 dado do Ministério da Educação, 01 dado da República Federativa do Brasil, 01 dado do CFP, 01 Filme, 01 Jornal eletrônico e 01 definição do dicionário PRIBERAM. Todos selecionados em bases de dados como *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), bibliotecas virtuais, *Google Acadêmico*, revistas *online*, livros da biblioteca local (FAEMA) e em literaturas clássicas tidas como pertinentes no âmbito da área da Psicologia. Os descritores empregados foram: História da Psicologia, história da Psicologia Social, papel do psicólogo social, políticas públicas e relato de experiência.

Após a leitura de alguns livros e artigos que abordavam o tema, foi delimitado o método de inclusão, contudo não houve delineamento de datas quanto aos referenciais, pois no respectivo relato foi apropriado utilizar-se de exemplares sendo os condutores deste conteúdo. Aqueles excluídos ora não acrescentavam como um todo o propósito do trabalho, ora abordavam assuntos já identificados de maneira inteira em outros estudos.

## 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 4.1 HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

Muitas são as ocasiões, em nosso dia a dia, que se ouve o termo psicologia. Diz-se que cada pessoa entende um pouco dela. Costumeiramente as pessoas usam essa palavra com variadas explicações, como por exemplo, ao falar-se da habilidade de induzimento que um vendedor possui para vender seu produto, pode-se dizer que este usa de “psicologia” para tal feito; ou quando se refere à jovem estudante que utiliza de seu talento em sedução para fascinar um rapaz; e também quando aquele amigo é solicitado, pois sempre está à disposição para ouvir os anseios dos demais, expressa-se que o mesmo tem “psicologia” para compreender as pessoas, uma “pseudopsicologia”.

Eis que surge o questionamento: mas então, corresponderá essa psicologia aquela dos psicólogos? Seguramente não. Psicologia de senso comum é esta usualmente empregada por todos, no seu cotidiano. No entanto, nem por isso deixa de ser uma psicologia. Ou seja, a população, comumente, tem um controle, mesmo que minúsculo e leviano, do conhecimento aglomerado pela Psicologia científica, o que lhes autoriza clarificar ou entender suas dificuldades cotidianas de um ponto de vista psicológico, como uma forma de justificar atos, comportamentos e pensamentos a luz de uma ciência psicológica. É comum que sujeitos acumulem conhecimentos em seu dia a dia, em especial de geração em geração, tal conhecimento acumulativo é conhecido como senso comum (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

Definir a Psicologia como ciência é algo complexo e até mesmo árduo. Em primeiro lugar, vale elucidar o que é ciência para uma melhor compreensão, afinal a Psicologia é tida como uma de suas áreas na atualidade.

Bock, Furtado e Teixeira (1999) afirmam que a ciência integra uma soma de saberes acerca de fatos ou perspectivas da realidade (objeto de estudo), evidente mediante um dialeto categórico e específico. Tais saberes necessitam ser adquiridos de forma planejada, regularizada e monitorada, afim de que propicie a averiguação de sua validade. Dessa forma, somos capazes de indicar o objeto dos vários setores

da ciência e compreender precisamente como determinado conteúdo foi estruturado, oportunizando a repetição da experiência. Assim sendo, o conhecimento pode ser informado, apurado, usado e desenvolvido.

Tal peculiaridade da produção científica proporciona sua continuação, ou seja, um novo pensamento é gerado sempre com base em algo antecipadamente desenvolvido. Contraditam-se, reiteram-se, revelam-se novas visões, e dessa forma a ciência progride. Diante disso, a ciência representa um processo. Além do mais, a ciência possui um atributo relevante: ela visa à objetividade. Seus resultados devem ser sujeitos à investigação e isentas de emoção, para, assim, serem incontestáveis para todos.

Segundo Fonseca (2012), a ciência tem a capacidade de dar nome as espécies existentes no universo; é possuidora de um poder figurado performativo, estabelecedor de “verdades” e ilusórias realidades; é tida, portanto, como validadora do estudo do ser e fonte da verdade. Articular sobre ciência envolve articular do propósito de considerar centrais o homem e sua capacidade racional de analisar, conhecer e dominar o mundo.

É notório que um conhecimento para ser reconhecido como científico, requer do objeto de estudo como base. Sabe-se, por exemplo, que o objeto da Astronomia é os astros e o da Biologia os seres vivos. Isso nos faz refletir que é permitido proceder o objeto de tais ciências com certo distanciamento, isto é, é possível segregar o objeto de estudo. Como exemplo, a Astronomia, em que o cientista-observador está num miradouro, e o astro assistido e examinado, está a anos-luz de lonjura de seu aparelho telescópio. Esse cientista não corre o menor perigo de equivocar-se com o fenômeno que está investigando. A mesma coisa não ocorre com a Psicologia, que, tal como com a Economia, a Sociologia, a Antropologia e demais ciências humanas, investiga o ser humano. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

Diante disso, qual é, então, o objeto específico de estudo da Psicologia? Bock, Furtado e Teixeira (1999) informam que se for dado o termo a um psicólogo da Análise do Comportamento, este afirmará que o objeto de estudo é o comportamento do ser humano; se o termo for mostrado a um psicólogo da Psicanálise, o mesmo afirmará que o objeto de estudo é o inconsciente; alguns afirmarão que é a consciência humana, e demais, a personalidade.

Esta multiplicidade de objetos da Psicologia pode ser elucidada pelo fato de esta área do saber ter-se concebido como campo do conhecimento científico no fim do século XIX, ou seja, há pouco tempo, apesar de achar-se há tanto tempo na Filosofia enquanto atenção humana. Esta é uma situação relevante, visto que a ciência se configura pela precisão de sua criação teórica, e, quando uma ciência é muito jovem, ainda não teve tempo de propagar concepções absolutas e completas, que possibilitem definir com total exatidão seu objeto de estudo. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

Outra causa que coopera para intrinchar um claro significado de objeto da Psicologia é o fato de o pesquisador enganar-se com o conteúdo a ser estudado, já que este é o ser humano, e neste quesito o investigador faz parte do grupo examinado. Com isso, a noção de homem que o mesmo carrega pode, irremediavelmente, afetar sua pesquisa. Isso se dá porque existem diversas visões de homem entre os pesquisadores, assim como afirmam Bock, Furtado e Teixeira (1999) que ao passo que as análises filosóficas e teológicas e até preceitos políticos definem o ser humano à seu modo, e o pesquisador passa, inevitavelmente, se ligando a uma de tais convicções.

Ainda conforme os mesmos autores, essa variedade de alvos estudados pode ser esclarecida, afinal os fenômenos psicológicos são tão numerosos, que dificultam sua acessibilidade ao mesmo patamar de investigação, domínio, perspectiva e dimensão. Diante disso, o objeto da Psicologia precisaria ser aquele que unisse condições de agregar uma vasta diversidade destes fenômenos. Ao determinar o padrão de medida, descrição, interpretação e controle, o profissional psicólogo está também marcando um preciso método de distinção dos fenômenos psicológicos e desta forma especificando um objeto.

Padro Filho e Martins (2007) afirmam que considerando o surgimento de um pensamento psicológico de propriedade científica ao fim do século XIX, é possível analisar uma “dança de objetos” no progresso desta área no decorrer do século XX, vinculada ao nascimento de diversas Psicologias adversárias entre si, indicando não apenas uma unidade, tampouco linearidade, mas sim, uma variedade e discrepância de abordagem dos “fenômenos psicológicos”. Os autores citam, como sendo estes objetos: objeto primordial, fragmento psíquico, comportamento, as percepções ou campo perceptivo, o próprio corpo, os discursos e, por fim, as relações.

Os autores completam que nesta dança de objetos, analisado no decorrer de todo o século XX, pode-se constatar ainda uma movimentação de transferência “[...] do biológico para o cultural, do natural para o histórico, do individual para o coletivo [...]” (p. 15), ou seja, a visão transforma-se sempre em social, político e histórico, configurando objetos sociais, focalizando nas relações, porém também no material, procurando vencer os julgamentos subjetivistas, individualizantes e idealistas.

Bock, Furtado e Teixeira (1999), apontam que a Psicologia possui também um objeto de estudo que é a análise da subjetividade, e esta é a sua maneira especial, própria de colaboração para o entendimento da integralidade da vida humana. Sua matéria-prima, ou seja, sua substância essencial, desse modo, é o homem e todas as suas manifestações, sejam elas explícitas (nosso comportamento) e ocultas (nossos sentimentos), as particulares (porque somos o que somos) e as universais (porque somos todos assim). Diante disso, esta matéria-prima, então, é o homem em todas as suas manifestações, as expostas (nosso comportamento) e as ocultas (nossos sentimentos), as inerentes (porque somos o que somos) e as abrangentes (porque somos todos assim).

A respeito de subjetividade, Jacó-vilela, Ferreira e Portugal (2006, p. 15), fazem um apontamento: “Por subjetividade entende-se a constituição de um plano de interioridade reflexiva, em que cada vivência se encontra centrada e ancorada em uma experiência de primeira pessoa, de um “eu””. (p. 15). Pan et al. (2011) também traz sua colocação acerca do assunto afirmando que

Subjetividade consiste num substantivo abstrato, composto pelo radical *subjetiv* e pelo sufixo *idade*. Em nossa língua, o sufixo *idade* é formador de substantivos abstratos derivados de adjetivos, significando a qualidade ou característica do que é uma dada coisa, ou seja, definindo algo que corresponde ao adjetivo que lhe serve de base. (p. 02)

Por fim, Maheirie (2002) afirma que a subjetividade é entendida como um aspecto do indivíduo, tal como a objetividade que, elencadas dialeticamente no âmbito social, constituem o sujeito. Diante de tais conceitos, pode-se analisar que a subjetividade é o universo de sentidos, impressões e convicções produzido intrinsecamente pelo indivíduo baseado em sua convivência social, de suas experiências e de sua formação biológica.

Todavia, vale ressaltar que a Psicologia é – antes de tudo – um termo como outra qualquer. *Psychologia* é uma palavra que, no início, difundiu-se nos textos

acerca da alma utilizados em faculdades protestantes da Alemanha. A mesma surgiu em meados da década de 1570 e foi firmada como denominação pela primeira vez (em letras gregas) em 1590 num agrupamento de debates a respeito da gênese e a difusão da alma racional (GOCCLENIUS, 1590 apud JACÓ-VILELA; FERREIRA; PORTUGAL, 2006). *Psychologia* era um neologismo adequado para inserir os alunos no processo integral das ciências.

Conforme os autores Jacó-Vilela, Ferreira, Portugal (2006), Aristóteles afirma que a alma era compreendida como a “forma” do corpo originário que eventualmente possui vida. E um corpo “animado” – *empsychos* é o termo grego nativo – é, contudo, uma espécie de matéria dotada de alma (*psuchè, anima*), e, por consequência, capacitado para executar as incumbências que determinam os organismos vivos.

Ainda segundo os supracitados autores, a Psicologia, como campo da Ciência, tem evoluído na história desde 1875, mas foi em 1979 quando Wilhelm Wundt (1832-1920) fundou o primeiro Laboratório de Psicologia na Universidade de Leipzig, na Alemanha que tal acontecimento histórico marcou o desmembramento das concepções psicológicas de concepções espiritualistas e intangíveis, que alegavam a presença de uma alma nos seres humanos, sendo esta o interesse da vida psíquica. Frente a isso, Araujo (2009) afirma, então, que Wilhelm Wundt é frequentemente famigerado nas publicações sobre a história da Psicologia como o precursor da Psicologia científica.

Certamente a preferível forma de começar uma demonstração prévia da Psicologia wundtiana seja evidenciando a própria acepção desta ciência proposta por Wundt que diz que a Psicologia é uma ciência experimental, da qual o objeto de estudo é a experiência imediata. (JACÓ-VILELA; FERREIRA; PORTUGAL, 2006). Ainda conforme os autores, Wundt compreende por experiência, de modo geral, um todo unitário e coeso, que é considerado e formulado, cientificamente, apoiado em dois pontos de vista diferentes, contudo complementivos: a experiência mediata, em que toda vivência pode ser investigada pela sua ideia objetiva; ou a experiência imediata, sendo algo subjetivo. Na primeira situação, é o mundo externo do indivíduo, pensado independente, sendo este o protagonista da experiência, enquanto, na segunda situação, estuda-se o próprio indivíduo da experiência, ou seja, seu mundo interno.

O Laboratório de Leipzig conquistou muitos discentes de diversos lugares do mundo todo, como Canadá, Inglaterra, Estados Unidos, entre outros, e com isso, se tornou o primeiro e superior centro de formação de uma vasta geração de psicólogos que, em seguida, retornaram a suas regiões de origem e criaram novos laboratórios no modelo wundtiano. Isso traz uma compreensão de certa justificativa para a nomeação de Wundt como inventor da Psicologia científica, calcado no que este passou a simbolizar a partir de então. E sua fama causou também a legitimação formal da Psicologia, pois em 1883 o Instituto de Psicologia obteve sua independência oficialmente afirmada pela Universidade de Leipzig e começou a ser acrescentado na orça universitária. (JACÓ-VILELA; FERREIRA; PORTUGAL, 2006).

Segundo Araujo (2009) a funcionalidade e a logística do laboratório condescendiam ao planejamento de trabalho traçado por Wundt, pois os exercícios ocorriam de duas maneiras: 1) um curso introdutivo para os calouros, durante o período de um semestre, com o propósito de fazê-los se adaptar com os procedimentos, materiais e métodos experimentais; 2) ações específicas dos integrantes inveterados.

Ainda hoje, é possível compreender que a Psicologia não é capaz de esclarecer muitas coisas a respeito do homem, pelo fato de ser um tanto recente no campo da Ciência, como citado anteriormente. Além do que, é sabido que a Ciência não findará o que há para se aprender, afinal o ser humano está em infundável transição e movimentação. Como exemplo disso, Bock (2008) aponta que a criação dos computadores trouxe e trarão modificações na maneira de pensar, raciocinar das pessoas e também no intelecto das mesmas, frente a isso, a Psicologia necessita inserir essas renovações em seu quadro teórico.

A respeito disso, Silveira e Bazzo (2005) afirmam que as pessoas vivem num universo onde a tecnologia é caracterizada pelo modo de vida da população na atualidade, onde a cibernética, a engenharia elétrica, a automação e a computação eletrônica representam alguns dos símbolos da comunidade tecnológica que as rodeia cotidianamente, em consequência disso, a imposição de espelhar sobre a estrutura da tecnologia, sua carência e função social.

Lima, Ruzene e Silva (2015) apontam que, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) encontram-se tão fixamente dissipadas no cotidiano das pessoas, que é possível afirmar que há uma mistura entre sujeitos e tecnologias que

se constata nas atividades que desenvolvem juntos. E isso nos faz refletir acerca da interação social que ocorre na sociedade, o que será discorrido no próximo tópico através da clarificação do conceito de Psicologia Social.

#### **4.1.1 História da Psicologia Social**

Levando em consideração que a Psicologia é uma ciência que estuda o ser humano, como já visto, há uma área desta ciência que analisa este indivíduo de maneira coletiva, ou seja, sua interação com o mundo. Para tal campo dá-se o nome de Psicologia Social.

Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009, p. 13) denotam que “Psicologia Social é o estudo científico da influência recíproca entre as pessoas (interação social) e do processo cognitivo gerado por esta interação (pensamento social)”. Este movimento mútuo atinge de uma maneira ou outra, emoções, pensamentos e comportamentos dos indivíduos envolvidos. Isso pode ocorrer de modo direto, como num aperto de mão, um sorriso, um olhar, um elogio, etc., como também de modo indireto, como por exemplo, as mídias, redes sociais, dentre outros.

Carvalho e Costa Junior (2017) citam Sousa (2011), que diz que a Psicologia Social é uma conexão entre a Sociologia e a Psicologia, anexando concepções desses dois campos científicos. E o Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2003), define a Psicologia Social como ramo da Psicologia que opera respaldada no entendimento da proporção característico dos fenômenos sociais e coletivos, perante distintas vertentes teóricas e metodológicas, objetivando questionar e sugerir intervenções no contexto social.

No ano de 1895, o pesquisador francês Gustave Le Bon (1841-1931) expôs, em seu precursor trabalho acerca da Psicologia das Multidões, uma breve proposta para a compreensão de uma Psicologia Social, assim como afirmam Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009, p. 25) “1895 – Gustave Le Bon publica seu livro *La psychologie des foules* que, apesar de muito impregnado de conceitos não-empiricamente testáveis, suscitou o estudo científico dos processos grupais, e principalmente, dos movimentos de massa.”.

O grupo – como objeto de estudo – obteve consistência, na Psicologia Social, no percurso da II Guerra Mundial, por meio de Kurt Lewin, que por sinal, é apontado por muitos autores, como instituidor da Psicologia Social. Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009), por exemplo, confirmam que em 1936, Kurt Lewin e seus aliados se doaram com veemência à aplicabilidade de fundamentos teóricos na solução de dificuldades sociais, e a influência deste renomado autor para tal campo da Psicologia, é de tamanha qualidade que Leon Festinger, ao discutir em um recente livro a respeito da obra de Lewin, proclamou que 95% da Psicologia Social atual apresentam a intervenção lewiniana.

D'Oca, Santos e Santos (2016, p. 12) afirmam que “A Psicologia Social surgiu entre o final do século XIX e o início do século XX, mas o auge de seu desenvolvimento foi na Segunda Guerra Mundial (1939-1945)”. Logo após esta Guerra, psicólogos e sociólogos sociais tradicionalistas dirigiram seu objeto de estudo para os grupos sociais, desde então, o pequeno grupo passou a ser assistido como o centro de toda a organização da Psicologia Social. Tais estudiosos depararam-se, nos Estados Unidos, com sujeitos que traziam ideias de conduta pragmática.

Segundo Lane e Codo (1989), esta conduta objetivava modificar e/ou formar comportamentos, intervir nas relações coletivas a fim de ajustá-las e, com isso, assegurar a produtividade do grupo – sendo uma operação que se qualifica pelo entusiasmo de uma interferência que reduziria perturbações, transformando os indivíduos em reedificadores da raça humana que acabara de retirar-se da assolação de uma Segunda Guerra Mundial.

No período pós-guerra, essa descoberta do grupo como um mecanismo de treinamento foi institucionalizada no *National Training Laboratories in Group Development*, que Lewin inaugurou em 1947. Parecia que treinar indivíduos para serem líderes melhores também fazia com que eles se sentissem pessoas melhores, que se poderia completar alguém como pessoa ao torná-lo um administrador mais eficiente e um líder mais democrático. (ROSE, 2008, p. 161)

Rose (2008) discute que o grupo foi inicialmente notado na fábrica, sendo esta em correlação com o local de trabalho, como locais-chave para elaboração das subjetividades coletivas e particulares. Ainda segundo este autor, em meados dos anos 30, é perceptível uma alteração de um foco restrito no trabalhador, e em sua adequação ou não adequação – sendo a higiene mental, distinção, tratamento de

neuroses psicológicas específicas, orientação vocacional e atribuição eficaz de mão-de-obra – para então o relacionamento interpessoal do grupo de trabalho.

No Brasil – a Psicologia Social – iniciou mais tardiamente do que na Alemanha e nos Estados Unidos. D’Oca, Santos e Santos (2016) clarificam que somente no decênio de 1930 apareceram as primeiras formações superiores em Psicologia Social, em que o médico Raul Carlos Briquet ministrou, pela primeira vez, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1933.

Cordeiro (2012) aponta que a Psicologia Social, no Brasil, é um campo do saber que anuncia numerosos questionamentos teóricos, conceitos e objetos de estudo. Para a autora, muitos escritores acreditam que ela é uma corrente da Psicologia, alguns descrevem que a mesma é a união da Psicologia com a Sociologia; há também os que declaram que o atributo social não define separação contextual ou teórica, contudo evidencia a relevância do compromisso político que todo profissional psicólogo necessita dispor; alguns se fundamentam nos textos do Materialismo Histórico-Dialético para construir seu exercício profissional, outrem têm por preferência textos construcionistas ou ainda as da Teoria das Representações Sociais. “Há psicólogos sociais cognitivistas, behavioristas, psicanalistas, comunitários...” (CORDEIRO, 2012, p. 9).

Nas décadas de 1960 e 1970 – no Brasil, bem como em praticamente toda a América Latina – a Psicologia Social percorria um destino bem semelhante ao que fora trazido dos Estados Unidos (BERNARDES, 2012). Preliminarmente, tal Psicologia, correspondia a todas as adversidades sociais, contudo, foi cruzada por uma controvérsia em redor de sua integridade ideológica e teórica, acarretando uma crise.

O que a meu ver lançou a psicologia social em crise foi a indefinição que se apossou dos que a ela se dedicam no que tange à sua identidade. Os questionamentos levantados suscitaram dúvidas nos psicólogos sociais que, apesar de predominantemente ainda continuarem a pesquisa básica pelo método experimental de laboratório, o fazem *faute de mieux*, quase que sem convicção e enquanto esperam uma mudança total de paradigma que permita à disciplina um outro tipo de lidar com seu objeto material. (RODRIGUES, 1978, p. 4).

A respeito desta crise, Bernardes (2012, p. 30) aborda algumas marcas principais, sendo elas: “[...] a dependência teórico-metodológica, principalmente dos Estados Unidos, a descontextualização dos temas abordados, a simplificação e

superficialidade das análises destes temas, a individualização do social na psicologia social [...]”, e completa afirmando que também havia a falta de atenção política para com as relações sociais.

Percebe-se, então, um apontamento, afincado, para a carência de concordância entre a elaboração da Psicologia Social e os problemas em crescimento nos países latino-americanos. Diante disso, Bonfim (2003) citado por D’Oca, Santos e Santos (2016) afirma que, para superar a crise, era preciso pesquisar uma grande e mais cautelosa produção de saber, debatendo os pontos ideológicos, explanando as desordens sociais, investigando as distinções de cada um, dos grupos e das comunidades indagando sua função política.

Com isso, por toda América Latina inicia-se uma movimentação de resistência à Associação Latino-Americana de Psicologia Social (ALAPSO) por parte de psicólogos e profissionais de áreas afins, e, com isso, diversas outras associações passam a emergir apresentadas com uma atual asserção de Psicologia Social. Sendo estas, a Associação Venezuelana de Psicologia Social (AVEPSO) na Venezuela, e a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) no Brasil. (BERNARDES, 2012).

Ainda conforme o autor, hoje em dia os países latino-americanos são capazes de criarem uma produção nesta área da Psicologia sem deixar a desejar a produção do resto do Ocidente. E assim, “Contextualizada, histórica, preocupada com a cultura, valores, mitos e rituais, brasileiros e latino-americanos” (BERNARDES, 2012, p. 31), de modo geral, já não enxergam mais necessidade de trazer descontroladamente, para o país, técnicas e teorias científicas.

Segundo Medrado e Galindo (2011) a ABRAPSO é uma associação livre de fins lucrativos, criada no decurso da 32ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que ocorreu no Rio de Janeiro, ao mês de julho de 1980. Os autores afirmam que desde sua fundação, a ABRAPSO é produto de um parecer crítico na Psicologia Social, e tem se constituído como um significativo local para o intercâmbio entre acadêmicos de graduação e de pós-graduação, professores, cientistas e profissionais. Os Encontros Nacionais e Regionais da instituição têm instigado uma quantidade cada vez maior de especialistas da Psicologia a participar destes, como também proporcionam analisar as adversidades sociais que a realidade brasileira tem expressado à Psicologia Social.

## 4.2 PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NO SOCIAL

Diante do exposto no capítulo anterior, pode-se compreender que foi através da revolta de um grupo de psicólogos e profissionais de áreas afins – os quais proferiram críticas à construção de conhecimento e à laboração da Psicologia Social inadequada da realidade experimentada – que a ABRAPSO foi criada. Para Martin e Alves (2017) tal associação não foi apenas mais uma instituição de Psicologia, mas sim uma entidade que sucedeu numa Psicologia Social. Os autores ainda afirmam que “[...] como todo grupo, instituição, entidade, a ABRAPSO, portanto, exerce uma função histórica de manter ou transformar as relações sociais desenvolvidas em decorrência das relações de produção, reproduzindo ideologia.” (p. 66).

O que sancionou a criação da ABRAPSO foi a sua qualidade epistemológica – política e ética – ao comprometer-se com a realidade social, na procura do saber propondo atuações psicológicas. Tal associação tem acumulado e estimulado a construção de um saber acerca do indivíduo que se dá baseado em uma relação multidisciplinar, numa estrutura epistêmica concatenada a um elemento ético e político; acima de tudo, de uma ética social estabelecida na convicção de cidadania integral para todos, cujo valimento epistemológico dá-se a partir da não isenção do conhecimento, da não adaptação às condições de vida, da não intolerância a nenhuma desigualdade e do entendimento das pressuposições da noção de homem e de sujeito que proporcione a procura para a autonomia. (MARTIN; ALVES, 2017).

No que diz respeito a esta relação multidisciplinar, Guareschi (2012) aponta que, pode-se entender o ser humano como um ser dialogal, estabelecedor de relações, que se vai fabricando a partir dessas, conforme for produzindo com os demais indivíduos; isso ocorre, sem que o mesmo perca sua particularidade, ao ponto que segue continuamente sendo um ser ímpar e incopiável; sua subjetividade é constituída dos milhares de vínculos que o mesmo constrói no decorrer de toda sua vida.

Guareschi (2008) afirma que o ser humano é compreendido, nas práticas de intervenção e de observação da ABRAPSO, como sujeito = relação, e não apenas como um indivíduo. Em outras palavras, é percebido numa perspectiva humanista e

crítico-social, sinalizando que este ser se faz, se concebe e se institui baseado em milhões de relações, e neste ponto de vista, é enxergado como consequência de todas as relações que o mesmo constrói no decorrer de sua vida.

Faz-se necessário, aqui, esclarecer acerca do que seja relação, para isso Guareschi (2008) aborda o conceito de relação afirmando que, em filosofia, “[...] é definido como sendo *“ordo ad aliquid”*, isto é, o ordenamento intrínseco de uma coisa em direção a outra.” (p. 4). Ou seja, relação é aquilo que não pode acontecer sem o outro. Diante disso, seu conceito envolve, pois, sempre a noção de historicidade, inconsistência e de escassez.

Levando em consideração as incertezas que rodeiam as relações, pode-se compreender que o mundo é completamente passível de mudança e, com isso, o ser humano é um imprescindível agente neste processo. Acerca deste assunto, Cordeiro (2012) traz um apontamento de Law (2008), onde este sugere que o universo é “[...] um fluxo – ao mesmo tempo amorfo e generativo – de forças e relações.” (p. 46). Isto é, o mundo não seria um sistema, sujeito a ser esquematizado através de desenhos e gráficos das Ciências Sociais; e sim um vendaval, cheio de correntezas, furacões, torvelinos, alterações repentinas e ocasiões de tranquilidade.

Diante disso, ao refletir acerca da Psicologia Social, arrisca-se tê-la como algo que está em incessante transição, que está sendo reproduzido novos estudos do ser, novos conhecimentos, novos procedimentos. Em alguns momentos esta ciência parece ser metódica, peculiar e estabelecida, já em outros, apresenta-se como algo desordenado, desconexo e diversificado.

Cordeiro (2012) afirma que referir que a Psicologia Social é abrangente não quer dizer que suas diversas explicações não estejam associadas, mas sim que a mesma é um objeto complexo, ou seja, que é mais do que uma e menos do que muitas. Em outros termos, significa relatar que a Psicologia Social não está literalmente fracionada e que suas diferentes explicações sustentam alguma relação. “[...] afinal, há programas de pós-graduação, uma associação de classe, disciplinas de graduação, manuais introdutórios e até mesmo um título de especialista voltados á Psicologia Social.” (CORDEIRO, 2012, p. 54).

Ainda conforme a mesma autora, há Psicologias Sociais que se dão em lugares e turnos antecipadamente estabelecidos, no tempo em que outras

acontecem em imprecisos lugares e a qualquer instante. Umam utilizam tabelas e tipologias, ao passo que outras se ocupam com complexos, demandas e pulsões. Algumas procuram desempenhar ciência, outras em modificar a realidade social. E apesar de se realizarem em partes diferentes e de terem distintos focos e maneiras de intervenção, tais práticas são conhecidas do mesmo modo: Psicologia Social.

Para confirmar esta afirmação, o Conselho Federal de Psicologia (2003) aborda a atuação do psicólogo nesta área, discorrendo que o mesmo “[...] desenvolve atividades em diferentes espaços institucionais e comunitários, no âmbito da Saúde, Educação, trabalho, lazer, meio ambiente, comunicação social, justiça, segurança e assistência social.” (p. 2).

O CFP ainda afirma que o trabalho deste profissional abrange assuntos de atividades e políticas pertencentes à comunidade como um todo e aos movimentos sociais de grupos e atividades relativos à toda comunidade como grupos religiosos, étnico-raciais, de orientação sexual, de gênero, de classes sociais, geracionais e de demais parcelas socioculturais, com o objetivo de planos do campo social e/ou designação de políticas públicas. Também elabora investigação, conhecimento e supervisão acerca de assuntos relacionados à relação do sujeito com a sociedade, com o objetivo de provocar questionamentos, bem como a elaboração de propostas que validem o trabalho e a formação na área da Psicologia Social.

Frente ao discorrido, pode-se analisar o quão vastos são os locais da prática do profissional de Psicologia Social. Para Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) parece claro o que distingue a Psicologia Social dos demais campos da Psicologia, contanto que se analise o fato de que o que distingue certo âmbito da Psicologia é destaque posto na investigação de determinados fenômenos psicológicos. Que, segundo os pesquisadores “No caso da Psicologia Social, o que a caracteriza é a ênfase colocada na influência de fatores situacionais do comportamento interpessoal.” (p. 21).

Os escritores ainda citam um exemplo para clarificar esta questão, afirmando este exemplo ser a concepção que importa ao psicólogo social: “Consideremos a interação cliente/psicólogo. É, sem dúvida, uma relação interpessoal na qual fatores situacionais desempenham relevante papel e se identificam sem esforço comportamentos de dependência e interdependência.” (p. 21).

Compreende-se que tais fatores situacionais ocorram na sociedade, com isso, a Psicologia Social muito colaborou e colabora para a transformação da mesma. Contudo, segundo Lopes e Nascimento (2016), existe um carecimento de estudos destinados a estruturar as contribuições e a embasar suas recentes práticas, e isto tem sido visto e considerado como problemática, a julgar pela correlação de um enunciado que informa um novo pensamento com a certificação da carência de teorias e saberes específicos que a respalde. Ou seja, diz-se sobre intervenção em Psicologia Social, admite-se sua relevância para a Psicologia Social brasileira, contudo, carecem de fundamentos que possibilitem assegurar qual a especialidade de tal intervenção executada no dia a dia dos trabalhos em Psicologia Social.

Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) trazem – em seu livro Psicologia Social – alguns tipos de pesquisa realizados por esta área científica e alguns tipos de aplicabilidade, costumeiramente, executado pela mesma: pesquisa teórica, pesquisa centrada num problema, pesquisa metodológica, pesquisa de avaliação e pesquisa de réplica

[...] os psicólogos sociais dedicam-se a pesquisas destinadas a promover avanços teóricos (por ex.: teste de hipóteses derivadas de teorias; aperfeiçoamento do poder preditivo de teorias), ou a lançar luz sobre um problema específico (por ex.: verificar se a densidade populacional influi no comportamento de ajuda nas cidades, verificar se uma liderança democrática é mais ou menos eficaz que uma autocrática), ou a promover um refinamento metodológico (por ex.: verificar se universitários se comportam de forma diferente de sujeitos não universitários; detectar tendenciosidades na coleta de dados), ou a avaliar a eficácia de uma intervenção (por ex.: verificar se uma tentativa de mudança de atitude teve êxito ou não; avaliar a eficácia de um programa destinado a diminuir o preconceito racial num determinado grupo social), ou, finalmente, apenas verificar a estabilidade e a generalidade de achados anteriores através da condução de réplicas (por ex.: verificar se uma teoria psicossocial é trans-histórica e/ou transcultural). (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009, p. 23).

Ainda conforme os autores, se acham na dominação do psicólogo social, várias técnicas de análise, tais como “[...] o método de observação, o método correlacional, dois tipos de métodos *ex post facto* (estudo de campo e pesquisa de levantamento), e dois métodos experimentais (experimento de campo e experimento de laboratório).” (p. 32). Será discorrido, sucintamente, o que significa cada uma dessas técnicas ao olhar destes escritores.

O método de observação se dá ao passo que o psicólogo social apenas especula um comportamento social ou pesquisa documentos que possuem dados

importantes ao objeto de estudo. Algumas vezes – em seu exercício de observação – o investigador interatua pessoalmente com as pessoas das quais seus comportamento está sendo analisado (observação participante); em outros momentos, a observação é realizada do lado de fora, ou seja, sem que os examinados saibam que há alguém os observando (observação direta ou não participante). (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009).

Os autores ainda apresentam um exemplo deste tipo de pesquisa observacional:

Robert Levine, Norenzayan e Philbrick (2001) conduziram um estudo com o objetivo de observar o comportamento altruísta em 23 cidades em várias partes do mundo. As pessoas nestas cidades foram observadas em três situações: (a) ajuda a uma pessoa usando uma joelheira e mancando que tenta coletar uma pilha de revistas que deixou cair no chão; (b) ajuda a uma pessoa que deixou cair uma caneta no chão sem percebê-lo; e (c) ajuda a uma pessoa usando óculos escuros e uma bengala a atravessar uma rua na faixa de pedestres. [...] Este comportamento era observado por pessoas encarregadas fazê-lo e que se misturavam com os demais transeuntes. Foi calculada a porcentagem de pessoas que, à mesma hora do dia e em situações semelhantes (lugares movimentados), prestavam ajuda à pessoa necessitada. Diga-se de passagem que a cidade do Rio de Janeiro apresentou o maior índice de ajuda (93%) seguida de San José, na Costa Rica (91%). As últimas colocadas foram Nova York (45%) e Kuala Lumpur, na Malásia (40%). A pesquisa de Levine et al. (2001) é um exemplo magnífico de utilização precisa do método observacional. (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009, p. 33).

Os autores ainda abordam o método correlacional, que é um método de pesquisa que se baseia na obtenção de modelos de dois ou mais aspectos e na organização – por meio do recurso estatístico adequado – da correlação presente entre eles. Com isso, tendo como exemplo, ao passo que se quer constatar uma provável relação entre a quantidade de programas hediondos exibidos na televisão e a veemência de comportamento violento, pode-se fazer uso deste método.

Conforme Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) as técnicas *ex post facto* configura-se por investigar determinada circunstância em que fatores independentes e dependentes já aconteceram. O investigador, por meio de diversos métodos de colheita de dados, consegue informações sobre o fator dependente e, subsequentemente, busca compreender o fator ou os fatores independentes encarregados pelo acontecimento do fenômeno pesquisado. Como exemplo, pode-se atestar o caso de averiguar, em dada eleição, onde uma pessoa depositou seu voto e, em seguida, retornar aos motivos explicadores de tal atitude social. Segundo

os autores estas pesquisas podem ser de duas maneiras: pesquisas de levantamento e estudo de campo.

Segundo Gil (2008) as pesquisas do tipo levantamento de campo se configuram pelo interrogatório direto dos sujeitos dos quais se procura analisar o comportamento. Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) apontam que a colhida dos dados é realizada por meio da aplicação de questionários que são postos através de entrevista um por um, ou destinados aos participantes da amostra para que possam responder e após os reenviar ao pesquisador. Perguntas por meio do telefone e o método de painel também são utilizados, mas em casos mais restritos.

Os estudos de campo têm paridade com os levantamentos, o que os diferem, contudo, são especialmente dois pontos. O primeiro é que a pesquisa de levantamento busca ser distinta de um universo estabelecido e oferece respostas marcadas pela exatidão estatística. Enquanto os estudos de campo buscam muito mais se aprofundar nos assuntos apresentados do que na organização das particularidades da população conforme algumas variáveis (GIL, 2008). Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) apontam que a pesquisa é dirigida em um local definido em que acontece o fenômeno psicossocial cujo estudo institui o objeto da pesquisa.

Por fim, os autores apresentam um último método, sendo este o método experimental. As investigações que fazem uso deste método, ao inverso das que servem-se de técnicas *ex post facto* ou correlatais, focam a obter e comprovar relações de causa e efeito entre aspectos, em situações distintas de maneira precisa, estabelecendo, por primazia, um método de análise teórica. Assim, manipulam o acontecimento da variável ou das variáveis independentes e, em seguida, examinam seus possíveis impactos na variável ou as variáveis dependentes. Como, por exemplo, um professor pode expor duas classes a dois distintos procedimentos de ensino (variável independente) e ao fim do semestre averiguar se ocorreu transformação no desempenho dos discentes, (variável dependente). Gil (2008) afirma que “Não constitui exagero afirmar que boa parte dos conhecimentos obtidos nos últimos três séculos se deve ao emprego do método experimental, que pode ser considerado como o método por excelência das ciências naturais.” (p. 16).

Estes tipos de pesquisas também são divididas em duas categorias: experimentos de campo e experimentos de laboratório. O experimento de campo,

segundo Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009), é semelhante ao estudo de campo no que se refere à observação do fenômeno investigado em seu meio inerente, o que difere é que o experimento de campo permite ao investigador o manejo da variável independente cuja consequência deseja pesquisar. Não se pode recusar que existam algumas limitações colocadas pela condição real sobre o manuseio de variáveis independentes como apontam os autores supracitados:

Não se pode, por exemplo, alterar à vontade a rotina de um hospital, de uma instituição de ensino ou de uma indústria. Pode-se, porém, dentro de um raio de ação estabelecido pelas características do ambiente onde será executado o experimento, criar diferentes condições experimentais antes das observações relativas à variável dependente. (p. 41).

O segundo é o experimento de laboratório. Conforme Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) a natureza deste experimento está na probabilidade que o pesquisador tem de formar, conforme teu querer, a circunstância que mais satisfatoriamente avaliará a relação possivelmente presente entre as variáveis de sua utilidade. Os autores afirmam que este tipo de investigação, mais do que alguma outra, propicia a instalação de relações eventuais entre variáveis. Qualifica-se ainda o experimento de laboratório pela total facilidade que o investigador dispõe de dominar prováveis variedades iniciais dos integrantes que são inclusos nas diversas equipes experimentais, por meio da aplicação incerta de intervenções experimentais aos que irão integrar-se no experimento.

O problema suscitado no estudo de Deutsche Collins, por exemplo, e ao qual dedicamos atenção especial – o da possibilidade de ter havido autosseleção na composição inicial das duas amostras – não existe na situação de laboratório, pois os participantes são equalizados através da alocação aleatória dos mesmos aos diferentes tratamentos. Apontam-se, com frequência, sérios problemas de ordem ética, epistemológica e metodológica na experimentação em Psicologia Social. (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009, p. 44-45).

Para os autores citados acima, estes seis métodos de pesquisa apresentados em seu livro são classificados – por maior parte dos psicólogos sociais – como os mais apropriados e úteis. Com isso, compreende-se o real motivo dos mesmos abordarem em seu estudo acerca da Psicologia Social.

## 5 O PSICÓLOGO FORA DO *SETTING* TERAPÊUTICO – ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO SOCIAL

No decorrer da graduação de Psicologia, os estudantes, por diversas vezes, idealizam seu consultório clínico, afinal, sabe-se o quanto que o modelo de atendimento clínico ainda tem mobilizado muitas pessoas a optarem pelo curso de graduação em Psicologia. Ao analisar acerca deste lugar que o psicólogo exerce sua função profissional, verificam-se alguns assuntos pertinentes ao que é conhecido como *setting*. Este, por sinal, acarreta em alguns significados como, por exemplo, a questão material, ou seja, local, horário, frequência de atendimento e honorários, bem como a questão emocional que envolve não só as regras acordadas entre paciente e psicoterapeuta, como também os conteúdos que envolvem o processo psicoterápico, dentro das especificações de cada abordagem que o profissional opte.

A construção do conceito de *setting* ocorreu em consequência da gradativa solidificação da psicanálise enquanto disciplina sendo um exercício do qual os profissionais retos e verdadeiramente envolvidos no estudo da vida mental se ocupavam. As práticas que Freud e outros executavam com seus pacientes resultaram em concepções nas quais os investigadores puderam certificar um denominador comum, ou inclusive regras cruciais para construir o caminho em um rumo congruente com o projeto investigativo psicanalítico. Por isso, conservar o *setting* é algo específico a atuação psicoterapêutica; pois o mesmo é um resultado proveniente ao que Freud havia entendido acerca da relação particular do terapeuta com seu paciente, identificada pelos fenômenos transferenciais. (MIGLIAVACCA, 2008).

Moreira e Esteves (2012) apontam que o *setting* psicoterápico representa um suporte consolidado e estável para o procedimento terapêutico iniciar. Para as autoras, a seguridade de um ambiente que, em silêncio mediará todas as sessões, permite ao terapeuta e ao paciente terem clarificadas as condições acerca de seus papéis e sobre o método. “Assim, o terapeuta pode encontrar soluções até mesmo quando algo lhe foge o controle, pois ele terá um ambiente seguro e regras técnicas

bem fundamentadas e incorporadas por ele em seu modo de agir.” (MOREIRA; ESTEVES, 2012, p. 1).

[...] dentro das regras formais que constituem o *setting*, desenvolve-se um relacionamento humano no qual todas as condições pessoais, características de personalidade, expressões pulsionais, conflitos, fantasias, angústias, necessidades, desejos, anseios, tudo o que compõe um encontro entre duas pessoas tem lugar e busca continência; e pressupõe também que ao analista cabe a construção de recursos internos suficientes para acolher e propiciar as expressões da vida psíquica do outro, abrindo caminho para a elaboração e o crescimento mental. (MIGLIAVACCA, 2008, p. 224-225).

Frente ao exposto, compreende-se que o termo *setting* está inteiramente ligado ao atendimento clínico. Contudo, sabe-se que atualmente o psicólogo tem sido requisitado a atuar em diversos ambientes como hospitais, escolas, organizações privadas e públicas, dentre outros. Com isso, o questionamento que se levanta é: como o psicólogo social procede em face desses novos formatos de sua profissão?

Moreira e Esteves (2012), diante do estudo que realizaram, acreditam que o *setting* vai além das circunstâncias físicas do espaço de terapia ou dos acordos inertes ao contrato, isto é, o mesmo é repleto da maneira como o relacionamento do terapeuta e paciente se ajusta, pelos princípios éticos, pelo pacto terapêutico e pela confiabilidade mútua. “Por isso, inferimos que mais importante do que o espaço físico do *setting* é o que chamaremos de “espaço mental do *setting*”, é poder manter os papéis, as regras, a ética em qualquer lugar, sem depender do ambiente físico.” (MOREIRA; ESTEVES, 2012, p. 6).

Diante disso, vale retomar o que o Conselho Federal de Psicologia (2003) aborda sobre a atuação do psicólogo especialista em Psicologia Social em que este produz ações em diversos âmbitos organizacionais e comunitários, na área da educação, trabalho, meio ambiente, saúde, colóquio social, assistência social e segurança.

Contudo, é sabido que muitos profissionais recém-formados estejam ainda ancorados a questões da clínica, e com isso, acabam se achando limitados e em alguns casos impossibilitados de executar o seu trabalho em outros ambientes que não seja o de clínica. Abbad e Mourão (2010) salientam que a formação de psicólogo no Brasil ainda é de maneira altamente clínica, com discrepância de habilidades para o exercício em instituições e em processos grupais.

Para Gondim, Magalhães e Bastos (2010) o psicólogo de interesse social é dedicado por práticas que lhe permita intervir na conduta do ser humano a fim de propiciar a saúde, o desenvolvimento e o bem-estar. Vale aqui abordar que o conceito de saúde representa o âmbito econômico, social, cultural e político. Ou melhor, saúde não possui o mesmo significado para todas as pessoas. Irá depender da área, da época, da classe social, também de princípios pessoais, de convicções religiosas, científicas e filosóficas. O mesmo pode ser aludido das doenças, pois o que é encarado como doença varia muito.

A VIII Conferência Nacional de Saúde, acontecida no ano de 1986, em Brasília, foi um marco para a saúde do nosso país, pois foi nela que o conceito de saúde, até hoje válido, foi aprimorado tomando um amplo sentido e objetivado para alcançar o indivíduo em sua importante totalidade.

Em seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (BRASIL, 1986, p. 04).

O conceito de saúde publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que “A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade.” (OMS, 1946 *apud* CALAZANS; LUSTOZA, 2008, p. 128). Diante disso, pode-se considerar um indivíduo saudável como aquele que atinge um equilíbrio entre as indispensáveis áreas que o envolvem: física, social e mental.

Fala-se então de saúde como uma maneira distinguida e singular para cada indivíduo, que busca se adaptar às transformações com as quais precisa lidar. Segundo Araujo et al (2002) a saúde é a devida guerra pela vida, é possuir alvos e propósitos com óticas de conquistas, embora achem-se ofuscados pela realidade, embora sejam fantasiosos. Isso remete à questão do psicólogo social enquanto um promovedor de saúde aos indivíduos.

Neste contexto, pode-se destacar a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, cumprida em novembro de 1986, em Ottawa, Canadá. Esta respectiva conferência traz um conceito do termo de promoção da saúde que diz que “Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da

comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo.” (BRASIL, 2002, p. 19). O Ministério da Saúde disponibiliza cartas desta e as subseqüentes conferências.

Lopes et al. (2010) salientam que tais conferências incluíram na agenda mundial a discussão acerca da promoção da saúde, enfatizando mudanças em modelos de saúde de todo o mundo, e no Brasil a propagação destes eventos instigaram o movimento da Reforma Sanitária Brasileira, por conseguinte a instalação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para Buss (2000) a promoção da saúde se configura como uma esperançosa estratégia de enfrentamento dos variados problemas de saúde que acometem a sociedade humana e tudo ao seu redor. Ainda segundo o autor, dirigindo-se ao entendimento amplo acerca do processo saúde-doença e seus determinantes, a mesma também propõe uma harmonização de conhecimentos populares e técnicos, e a mobilização de diversos recursos para sua resolução e enfrentamento como: públicos e privados, comunitários e institucionais.

Diante disso, é de suma importância a atuação do psicólogo na promoção da saúde dos cidadãos. Cabe aqui abordar em especial acerca da atuação deste profissional no âmbito do trabalho. Em instituições sociais, por exemplo, o psicólogo pode voltar suas ações para um âmbito de prevenção de doenças promovendo o que é conhecido como estratégias de enfrentamento ao estresse (*coping*). É sabido que esse fator – estresse – tem sido reconhecido como uma epidemia global, na qual atinge uma porcentagem considerável da população mundial, em especial, em sujeitos no ambiente de trabalho – que aqui estão representados por aqueles que compõem uma equipe de trabalho de determinada instituição social –.

É perceptível que o trabalho é parte do desenvolvimento do sujeito e que está diretamente imbricado na constituição da subjetividade, bem como na saúde física e psíquica do mesmo, já que, o ser humano passa grande parte de sua vida dedicando-se ao trabalho (SANGY, 2017). Ao realizar uma análise acerca do contexto laboral, percebe-se que, o mesmo pode se dar de maneira benéfica ou maléfica. Melhor clarificando essa asserção Araujo et al (2002) apontam que, pode-se dizer que ao passo que esta atividade está ocorrendo de maneira favorável para o progresso das competências e capacidades geradoras do ser humano, de forma que este possa criar sentidos através do que realiza, o trabalho pode ser formador

de saúde. Contudo, em oposição, se não elabora a engenhosidade humana e se ocupa de algumas competências, sem levar em consideração e definindo outras que poderiam ser realizadas ocasiona adoecimento.

Conforme a caracterização do ambiente laboral – ambiente aqui considerado de forma ampla, incluindo as relações estabelecidas no mesmo –, será a influência na saúde do sujeito. O sofrimento no trabalho é um tema muito comum na atualidade e se dá quando o indivíduo realiza seu trabalho em um ambiente de forma adversa, interferindo diretamente em sua saúde, tornando-se um espaço criador de estresse. Nem sempre a visualização de determinado problema é o motivo do estresse, mas até mesmo questões como carga horária, preocupações e desgastes na organização e manutenção do local – como em locais sociais que dependem de doações para manter funcionando – também podem vir a gerar incômodos e futuramente adoecimento ao colaborador.

Em estudos realizados acerca dessa temática, Ribeiro et al (2015) apontam que algumas problemáticas podem ser atribuídas ao estresse, como a redução da qualificação da performance profissional, do contentamento e do bem-estar do sujeito; pela estagnação do desenvolvimento pessoal, pelo absenteísmo laboral, pela redução da qualificação dos serviços ofertados.

Queiroz (2009) afirma que, na compreensão da Psicologia, o estresse é entendido como estimulante e afigura-se com o estressante, podendo instigar diversas respostas no sujeito, sendo estas tanto de cunho psíquico como fisiológico assim como a diaforese, boca seca, taquicardia, dentre outros.

Assim, percebe-se a importância de ações que visem à promoção de saúde no contexto laboral. Araujo et al. (2002) trazem uma afirmação de Caponi (1997) onde o mesmo salienta que promover a saúde não é o mesmo que procurar a estabilidade e o bem-estar, mas sim oferecer oportunidades de seleção e criatividade aos sujeitos. Deve-se então, auxiliar no encontro de mecanismos e fortalecimento de habilidades para que o sujeito consiga driblar as adversidades presentes em seu contexto de trabalho, para que evite ao máximo o adoecimento.

Uma das estratégias utilizadas por psicólogos sociais é o *coping*. Colossi, Calesso-Moreira e Pizzinato (2011) trazem o conceito de *coping* que Lazarus e Folkman definiram como os empenhos cognitivos e comportamentais continuamente mutáveis para coordenar, ganhar, aturar ou diminuir os debates internos ou externos

inerentes que são examinados como ultrapassando ou abatendo os métodos do sujeito. A maneira como o sujeito lida com as circunstâncias estressoras exerce uma significativa função ligação entre o estresse e o processamento de saúde-doença.

Chamon (2006) aponta que as estratégias dizem respeito aos exercícios cognitivos e condutas ou atitudes adotadas no decorrer de um evento específico de estresse. Ainda segundo a autora a teoria de enfrentamento da atualidade originou-se nas pesquisas de diversos estudiosos, nos anos de 1970, certamente dentre as mais conhecidas, a de Lazarus e Folkman de 1984, que sugerem um sistema de cunho cognitivo.

Segundo Pereira e Branco (2016) tais estratégias de *coping* dizem respeito às respostas manifestadas pelas pessoas, e seu objetivo é de reduzir a tensão emocional, psicológica e física relativa aos ocorridos que desencadeiam o estresse. Ainda conforme as autoras, outra expressão usada ligada à estratégia de *coping* é a resiliência, definição esta descrita pela Psicologia e Psiquiatria como a capacidade do sujeito de persistir às dificuldades, levando em consideração aspectos intrínsecos e extrínsecos.

Frente ao apresentado, percebe-se o quanto que o ofício do psicólogo social faz-se necessário para a sociedade como um todo. Almeida (2018) afirma que é do ofício deste profissional contribuir no combate contra a quebra dos obstáculos sociais, por exemplo: estigmas, estereótipos e preconceitos, evidenciando por meio de ações que os psicólogos são pessoas justas, com capacidade de derrotar as desigualdades e diversidades sociais, bem como conter suas origens e consequências.

Pode-se dizer que é por meio do trabalho do psicólogo social que os sujeitos passam a compreender a necessidade que este possui do outro, e a relevância de se comunicar diante do comportamento de outrem. Com isso, foi possível entender que os psicólogos sociais tem interesse em obter o conhecimento de como as pessoas inspiram umas as outras no âmbito da sociedade, compreender as condutas, como o preconceito se origina, dentre outras.

Outra incumbência que tem sido centro de estudo do psicólogo social é a ação frente as políticas públicas, contribuindo para que os sujeitos desenvolvam e entendem suas capacidades e as utilizem para consumir com a vulnerabilidade. Isto

é, operacionalizar as pessoas para que anulem com o cenário de manipulação e prepotência.

## 5.1 PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos últimos anos, pode-se observar um significativo aumento de profissionais da Psicologia nas áreas vinculadas às políticas públicas. As políticas públicas passaram a adquirir espaço, no contexto mundial, na segunda metade do século XX, após a II Guerra Mundial. O novo cenário econômico e político ocasionou a exigência de maior intervenção do Estado, na investida de garantir o bem-estar social. (JORNAL CRP-RJ, 2010).

Certamente para muitas pessoas a definição de políticas públicas pode aparentar algo intangível, no entanto, elas são sólidas e se fazem presentes no cotidiano da população brasileira. Conforme publicado no Jornal do CRP do Rio de Janeiro (2010) essas políticas são atividades dirigidas ao coletivo, ou seja, como traz no próprio nome, ao público, e as mesmas se dão em todos os campos da gestão pública como educação, transporte, saúde, cultura, moradia, assistência social, entre outros. Contudo, além de serem direcionadas à população, estas podem e devem ter a cooperação da sociedade em sua construção, afinal, são por meio das necessidades dos cidadãos, usuários dessas políticas, que os administradores públicos devem formá-las, ainda segundo o Jornal do CRP do Rio de Janeiro (2010) políticas públicas caracterizam-se não como atividades de um governo, mas políticas do Estado em sua relação com os processos do público e direcionadas para o suporte de suas solicitações e carências. Ou seja, as políticas que abrangerem consequências positivas necessitam manter-se autonomamente da administração que assumir o governo em estipulado instante.

Num estudo feito por Stamato et al. (2016), os autores entendem as políticas públicas como políticas sociais, sendo estas ferramentas de garantia de direitos particulares de cada indivíduo e também direitos coletivos de cidadania, que abrangem diversos conhecimentos e técnicas, numa ótica democrática da diminuição das diversidades sociais e elaboração da justiça social.

Por muitos anos, a Psicologia atuou, politicamente falando, de uma maneira voltada não ao coletivo, mas sim a interesses de específicos grupos sociais. Como resultante disso, significativa parcela dos psicólogos via sua atuação como individual, ou seja, não coletiva, o que ocasionava patologização de aspectos que são, na verdade, sociais. Atualmente essa visão vem sendo mudada e, apesar de diversos profissionais darem continuidade a atuações privativas, a Psicologia vem sendo inserida nas políticas públicas com significativas colaborações. Assim como o JORNAL CRP-RJ (2010) afirma através da fala da entrevistada Silvia Giugliani:

Tradicionalmente, a presença do psicólogo não era reconhecida enquanto uma prática de intervenção efetiva, propositiva e conectada com o sujeito. Muitas vezes, os psicólogos individualizavam o sintoma. As práticas centradas na individualidade, desconhecendo e desvalorizando a dimensão coletiva e política dos destinatários da nossa ação, geram avaliações descontextualizadas e superficiais. (p. 6).

Compreende-se que para terem uma atuação influente nas políticas públicas, o primeiro passo é que estes profissionais de Psicologia tenham interesse por esta área e se empenhem em transformá-la. Assim, não se pode falar em políticas públicas isoladamente, mas sim de maneira conectada, intersetorial, ou seja, as políticas proporcionam uma atividade de conversação com colegas, gestores e equipes, para assim, criar um conhecimento e corroborar na formação de práticas inclusivas e produtoras de cidadania e de direitos.

Segundo Gonçalves (2011) do ponto de vista da garantia de direito, vive-se um momento pós-Constituição de 1988, na qual a implantação de políticas públicas neste caminho é ainda desafiadora para as demandas sociais igualitárias e progressistas. Ainda conforme a autora, diversos são os lugares em que o psicólogo está inserido para implementar políticas públicas, como assistência social, educação, saúde, os campos da defesa civil, de habitação, dentre outros. Isso representa estar presente desde a criação de programas até a sua aplicação precisamente dita, sua análise e também no nexos com os campos de controle social.

Gonçalves (2011) aponta que é nesta perspectiva que se desenvolvem as metas específicas do CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas): a) Alongar a vinculação do profissional com o setor público, contribuindo para a oferta dos direitos humanos, b) Regularizar e expandir a compreensão das práxis psicológicas nas políticas públicas e gerar informações.

Vale elucidar que, o CREPOP é um projeto formulado pelo CFP e por uma rede composta pelos Conselhos Regionais de Psicologia. Este Centro visa descrever o exercício dos psicólogos nos variados campos das políticas públicas e elaborar informações para a atuação. Assim como confirma Gonçalves (2011) o CREPOP promove estudo sobre a atuação dos psicólogos no âmbito das políticas públicas, argumenta a respeito dessas atuações e a elaboração de acordos, no aspecto de informações para as atividades do dia a dia.

É sabido que a condição política e social reproduzida durante os anos de repressão e recusa de direitos, e também das deploráveis circunstâncias que sobreviviam as pessoas ocasionou na movimentação para a fundação de um plano de reforma social com petições por melhores condições de vida, trabalho, educação, habitação, saúde e pela redemocratização da população brasileira. Segundo Ferrazza (2016) neste cenário de batalhas e acareamento surgiu o Movimento da Reforma Sanitária ocorrida no ano de 1986, na VIII Conferência Nacional de Saúde, sendo um marco de instalação das normas de reformulação do sistema de saúde do Brasil, como já visto anteriormente.

O movimento prevê a garantia constitucional do direito universal à saúde, o reconhecimento dos determinantes históricos e sociais no processo saúde-doença, a constituição de um campo de saber interdisciplinar que respeite a pluralidade da existência humana e a efetivação dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) que implica na ampliação e acesso universal dos usuários à rede de saúde, além da criação de dispositivos para uma gestão democrática e de participação social. (FERRAZZA, 2016, p. 38).

Guiado pelas mesmas normas, o Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira pode ser entendido como um movimento social intrincado de ruptura da condição de encarceramento manicomial que sinalizou por mais de um século o suporte às complicações concernentes à saúde mental. Conforme Ferrazza (2016), frente às acusações de agressões e maus tratos direcionados aos hospitalizados em manicômios, o movimento reformista expõe a maneira de Atenção Psicossocial na expectativa interdisciplinar de zelo e atenção diferenciada à disposição dos mecanismos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que se apresentam como uma alternativa para internações psiquiátricas, ao invés do modelo manicomial.

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2013) a RAPS integra o SUS e determina os níveis de atenção para o acolhimento de sujeitos com distúrbios

mentais, englobando os impactos negativos do uso de álcool, crack, dentre outras drogas. Ainda conforme o Ministério da Saúde, a Rede é constituída por trabalhos e ferramentas diversificadas, sendo eles: “os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT); os Centros de Convivência e Cultura, as Unidades de Acolhimento (UAs), e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III).” (p. 1).

Percebe-se o quanto que a atuação do psicólogo é vasta neste campo. E também o quanto que as demandas das diversas circunstâncias do Brasil foram essenciais para que este profissional assumisse novos espaços na esfera das políticas públicas. Com isso, reinventar o exercício profissional perante as novas imposições foi de suma relevância para o desenvolvimento de um trabalho eficiente, assim, aos poucos, ocorreu uma modificação do fazer psicológico nos seus mais variados âmbitos. Foram múltiplas as mudanças que proporcionaram a autores como Bock, Furtado e Teixeira (1999) expressarem sobre Psicologias – no plural – a fim de apontar a existência de uma variedade de conceitos e estratégias de intervenção.

Frente às ponderações acima, pode-se certificar que a prática dos psicólogos nas políticas públicas tem sido uma realidade, e o acervo de saberes e vivências formadas representa o comprometimento que a classe fabricou em defesa das mesmas. Assim como afirma Costacurta (2017, p.19) “[...] o que se busca é uma psicologia comprometida com as mudanças sociais, além daquelas trazidas pelo processo de redemocratização do país, em oposição a um Estado autoritário e de políticas assistencialistas.”. A presença da Psicologia nas políticas públicas corrobora não somente no atendimento à população, como também na elaboração e na efetivação dessas políticas. De acordo com este autor, o olhar do psicólogo tem a capacidade de entender particularidades que são construídas no processo social e, simultaneamente, integram fenômenos sociais, proporcionando que tais políticas assegurem seus direitos humanos de forma efetiva.

Existe, contudo, uma lei que possibilitou tudo isto, segundo Costacurta (2017) a Constituição Federal de 1988 é um marco legal que consolidou o início da cooperação da sociedade civil e propiciou a colaboração dos cidadãos na administração pública por meio dos conselhos gestores de políticas públicas nos mais variados campos, como cultura, educação, saúde, dentre outros.

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (BRASIL, 1988, p. 1).

Stamato et al. (2016) discorrem que, na qualidade de instrumentos de promoção das necessidades de crescimento total do cidadão, decretadas como direitos sociais na Constituição Federal de 1988 e nas demais jurisprudências que a acompanharam e que lhes servem de apoio legal, as políticas públicas têm duas propriedades inerentes. A primeira tem um enfoque objetivo, que se caracteriza pela relação de situações política, social, histórica, cultural e econômica de um estipulado público, local e território. A segunda tem um enfoque subjetivo, voltada à disparidade, discrepância e singularidade dos indivíduos alvos.

Os autores acima agregam ao conhecimento ao trazer que, no contexto da Psicologia, enquanto ciência e profissão, o enfoque subjetivo das políticas públicas proporciona apontamentos acerca das perspectivas nacionalizantes, popularizantes e normalizadas do sujeito e dos fenômenos psicológicos, recuperando a multideterminação e a historicidade do processo de composição da subjetividade humana. Com isso, a Psicologia é importante no âmbito da apresentação de referenciais teóricos que ofertem fundamentos para a concepção da subjetividade na qualidade de replicação de um processo, que se demonstra no sujeito, mas que se origina nas e pelas relações sociais, implantadas em áreas sociais, formados por distintas subjetividades.

Acredita-se que a Psicologia pode colaborar com a proposta de novos procedimentos técnicos e tecnologias de cuidado, através da ligação entre estudo e prática profissional, no sentido de criar a competência técnica essencial para uma atuação ética, ancorada no compromisso social. Este estabelecimento de conceitos e ações acarreta em indagações e pensamentos e na união com outros fazeres e saberes, de maneira a realçar a leitura e o entendimento dos fenômenos psicológicos e sociais, proporcionando o aperfeiçoamento de estudos e a competência dos serviços públicos na assistência a pessoas que jamais ou pouquíssimas vezes tiveram alcance à Psicologia. (STAMATO et al, 2016).

Tal exposição permite a compreensão de que a prática psicológica no âmbito das políticas públicas proporciona uma rica oportunidade de expansão e evolução da Psicologia, enquanto ciência e profissão, bem como de solidificação do ofício do psicólogo ao passo que este é um produtor de modificações peculiares e coletivas.

## 6 PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO

Frente ao que fora discorrido até o presente momento, a pesquisa agora se delimitará a atuação do profissional de Psicologia Social aplicada ao trabalho que segundo Bernardo et al. (2015) é uma perspectiva da Psicologia que se propõe para o entendimento crítico das convivências sociais de trabalho com base no relacionamento de trabalhadores. Se diferenciando da Psicologia Organizacional que ainda conforme os autores é mais direcionada aos interesses gerenciais, cuja atuação determinante ocorre no âmbito empresarial.

É sabido que a Psicologia não foca em conteúdos técnicos e operacionais, como por exemplo, a funcionalidade de uma máquina, mas sim nos sujeitos que trabalham. E que durante anos a Psicologia, no campo do trabalho, se ocupava com seleção de trabalhadores mais adequados para cada cargo a ser desempenhado, como também da gestão diária do funcionamento das relações interpessoais no trabalho. Para Bernardo et al. (2015) esse modo de intervenção, aparentemente humanizado dos locos de trabalho, na verdade, negavam a divergência entre os interesses da empresa e os dos funcionários, fazendo com que a prática do psicólogo se mantivesse ordenada aos interesses da diretoria e favorecesse a alienação dos funcionários a respeito de sua situação de explorado.

Contudo, com o passar dos anos, isso foi sendo modificado e, atualmente, vê-se ocorrer um proveito da habilidade cognitiva dos colaboradores no processo de trabalho, fazendo com que os mesmos desenvolvam suas competências, e não mais apenas utilizando este trabalhador focando somente na questão de obtenção de lucros.

Os autores fazem uma crítica a Psicologia Organizacional discorrendo que apesar de a mesma também focar em uma atuação que proporcione aos trabalhadores qualidade de vida e bem-estar, ainda está muito vinculada a interesses impostos por parte do corpo gerencial e pelo capital que as empresas obtêm, ou seja, parece que não há, contudo, por parte daqueles que representam esse setor, grandes capacidades de que sua prática altere consideravelmente o contexto dos colaboradores, especificamente com relação às questões de trabalho definidas no decurso da história da globalização.

Salientam ainda que alguns estudiosos e profissionais não estão aceitando esse novo pensamento que está sendo chamado de Psicologia Social do Trabalho. E que as pesquisas e práticas executadas com esse foco se orientam no princípio de que o trabalho na sociedade ocidental contemporânea apesar de ter revelado novas estruturas, a relação desarmônica de poder entre empregador e trabalhador continua. Assim, a Psicologia Social do Trabalho busca entender de maneira amplificada os inúmeros ângulos sociais e pessoais que integram o universo do trabalho.

Diz-se, então, que as hipóteses que configuram a Psicologia Social do Trabalho envolvem as questões subjetivas relacionadas ao trabalho baseada no ponto de vista dos próprios colaboradores, compreendendo que o trabalho é formado dos ambientes de socialização, de elaboração de identidades, vivências e conceitos, proporcionados por atuações habituais e interações. (SATO; BERNARDO; OLIVEIRA, 2008).

Assim, se é possível dizer que a origem da Psicologia Organizacional se deu, sobretudo, na prática vinculada aos interesses gerenciais, a Psicologia Social do Trabalho, por seu lado, se configura a partir da pesquisa em Psicologia Social e da aproximação de psicólogos a movimentos sociais de trabalhadores que caracterizaram o período de abertura política posterior à ditadura militar. (BERNARDO et al, 2015, p. 25).

A atuação do psicólogo, nesse panorama, presume que sua ação deve ter início com uma investigação integral das demandas do trabalho dentro das possibilidades ofertadas por seus métodos de produção singulares. Conforme as autoras supracitadas, tal posicionamento exige a imposição de cogitar outras maneiras de fazer Psicologia com o intuito de instaurar novas disposições que sejam capazes de contestar os problemas reais e atuais.

Com base em vivências das próprias autoras do trabalho citado logo acima, pode-se dizer que os locais de trabalho em instituições filantrópicas, propiciam mais oportunidades de intervenção patível com os propósitos da Psicologia Social do Trabalho do que as entidades privadas. Nestes locais, os psicólogos têm a oportunidade de deparar-se com excelentes oportunidades para sustentar uma atitude crítica, afinal os mesmos não estabelecem (ou não deveriam estabelecer) o foco nas relações da discordância capital-trabalho, como ocorre em entidades privadas.

Na saúde pública, os profissionais em Psicologia Social do Trabalho são solicitados a agir na prevenção, promoção e intervenção na saúde absoluta do colaborador, procurando estar presente na produção e realização de políticas públicas que propiciem as condições de trabalho. Pode-se eleger a saúde do trabalhador como central área da saúde pública na qual o psicólogo social do trabalho pode atuar. Segundo Bernardo et al. (2015, p. 31) “Além do atendimento direto a trabalhadores que adoeceram no trabalho, são realizados estudos e vigilância em ambientes de trabalho, buscando formas de prevenção aos agravos na saúde em decorrência da atividade laboral.”

Segundo o CREPOP (2008) o campo de atenção à saúde dos colaboradores está inserido na área das ações em saúde coletiva, e o psicólogo pode vir a confrontar-se com os aspectos do processo saúde-doença relacionando-se com o trabalho, de maneira independente do local em que esteja intervindo. Assim, percebe-se a indispensabilidade da participação dos colaboradores nas atividades direcionadas para a segurança e promoção da saúde como pessoas capacitadas a colaborar com o seu conhecimento para o alavancar do entendimento do choque do trabalho sobre o processo saúde-doença e de agir para alterar a realidade.

## 6.1 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Frente ao exposto, o respectivo relato de experiência será descrito neste âmbito da Psicologia Social do Trabalho, para uma melhor compreensão do discutido.

O estágio supervisionado do curso de Psicologia da instituição FAEMA inicia-se no 7º período, prolongando até o término do curso, ou seja, até o 10º período. Nos dois primeiros estágios (7º e 8º períodos) os acadêmicos têm o contato com a prática clínica e também com a prática social.

Em clínica, o estágio prático ocorre no Serviço Escola de Psicologia, que tem por finalidade possibilitar estágio curricular aos alunos da graduação em Psicologia na abordagem em que este for supervisionado, proporcionar à comunidade uma assistência psicológica de qualidade, que na época havia um simbólico valor de

25,00 (vinte e cinco reais) por mês, assim que o cliente começasse o efetivo atendimento psicoterápico, ou seja, enquanto o mesmo estivesse em processo de triagem estaria isento desse valor.

É no processo de triagem que o estagiário tem o primeiro contato com o cliente que busca o Serviço Escola, e é relevantemente importante frisar que neste primo contato existe a clarificação ao usuário do valor a ser cobrado, como citado acima, também da gravação das sessões realizadas com o consentimento do mesmo através de sua assinatura em um documento que contém todas as informações necessárias. Tal processo é limitado em quantidade de atendimentos que irá depender do supervisor e também da necessidade do cliente.

Segundo Herzberg e Chammas (2009) a triagem é vista, em muitos casos, como porta de entrada para àqueles pacientes que são encaminhados às outras categorias de atendimento, dispondo, assim de importante papel numa clínica, oferecendo seu cargo de oitiva preliminar, avaliação e encaminhamento. Perfeito e Melo (2004) afirmam que depoimentos de triagem, comumente vão além da colhida de dados com os quais se estabelece um pensamento clínico resumido que irá direcionar o encaminhamento. Ou seja, em muitos casos o processo de triagem estende-se a forma de uma intervenção breve, pois os clientes têm a oportunidade de se conectarem com seu próprio entendimento.

Já na prática social, os acadêmicos são divididos em grupos de no máximo quatro integrantes no 7º período e em duplas no 8º período, onde lhes são apresentados os locos de estágio que possuem convênio com a faculdade, e assim, os indivíduos fazem suas respectivas escolhas. Vale ressaltar, que não é regra tal divisão, mas com a turma 2014.1 ocorreu desta maneira. No 7º período ocorre o processo de observação, onde os acadêmicos apenas observam o loco, não podendo haver nenhum tipo de ação interventiva, já no 8º começa as intervenções.

Quando chegam aos dois últimos períodos – 9º e 10º –, os acadêmicos necessitam fazer uma importante escolha que irá reger suas vidas, dali em diante, enquanto estagiários, sendo esta a escolha das ênfases (1 ou 2). A Ênfase 1 é aquela escolhida pelos acadêmicos que atuarão na prática clínica, enquanto a Ênfase 2 é aquela em que os demais irão realizar estágios pautados na prática de prevenção e promoção da saúde, com grupos em instituições de suas escolhas. Assim como regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de

formação em Psicologia, determinando regras para o plano didático complementar para a Formação de Professores de Psicologia, na forma da RESOLUÇÃO Nº 5, DE 15 DE MARÇO DE 2011:

Art. 10. Pela diversidade de orientações teórico-metodológicas, práticas e contextos de inserção profissional, a formação em Psicologia diferencia-se em ênfases curriculares, entendidas como um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia. (BRASIL, 2011, p. 4).

Desde o início dos estágios, enquanto estagiária clínica, não me adaptei bem com a prática clínica. Sentimentos de incapacidade e medo me rodeavam atrelados com a falta de sorte com o cumprimento do agendamento que fora marcado, por parte dos clientes, onde iam me frustrando ainda mais e me faziam “perder” a oportunidade de vivências práticas. Mas com o social foi algo diferente. Estar rodeada de pessoas, que no início foram os idosos, colaboradores e demais transeuntes do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Idade Vida de Ariquemes/RO, me fazia sentir viva! Mas nem sempre foi assim, pois o estágio no 8º período, com os profissionais da equipe do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) também de Ariquemes/RO, foi frustrante pelo fato de a instituição escolhida não poder ser tão disponível quanto a prática necessitava que fosse, prejudicando as intervenções e gerando o sentimento de frustração.

Ao chegar no 9º período, para mim, assim como para os demais acadêmicos, foi o momento da escolha da Ênfase. A faculdade obrigou-se a disponibilizar, no mínimo, duas ênfases curriculares que propicie a probabilidade de preferência por parte do acadêmico (BRASIL, 2011). E diante às experiências passadas, junto com a percepção de mim mesma, optei pela Ênfase 2. Pude vivenciar incríveis experiências, tanto no período citado com a prática desenvolvida na PMM de Ariquemes/RO, quanto no 10º período que ocorreu no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), com alguns integrantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no município de Monte Negro/RO.

O estágio do 9º, como todos os demais, iniciou com a supervisão, onde, no caso da Ênfase 2, nos foram apresentados os locos de estágios que o professor orientador apresentou a turma, dentre estes estavam as instituições PMM de Ariquemes, Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Idade Viva (CCFV-

Idade Viva), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e Escola Para Vida, sendo as escolhidas pelas estagiárias. Eram oito acadêmicas que se subdividiram em três duplas e duas pessoas optaram por individual. Segundo Silva Neto e Oliveira (2015) a supervisão é imprescindível – na graduação em Psicologia – e se define pela tutoria dos estudantes em seu mergulho no exercício profissional, de maneira que sejam capazes de experienciar oportunidades que provoquem pensamentos acerca da prática profissional, o preparo e o convívio instituído no ambiente da supervisão.

Após tentativas não bem sucedidas em outros dois locais, as duas estagiárias deste referido relato de experiência resolveram fazer uma visita, sem compromisso, à PMM onde foram extremamente bem recepcionadas e a partir daquele dia, decidiram que aquele seria o local de estágio e assim, passaram a realizar a observação sistemática de todo o ambiente, bem como seu funcionamento. Neste período, tiveram experiências indescritíveis, como por exemplo, a participação na Atividade Selva.

Durante os, aproximadamente, dois meses de observação foi possível realizar o levantamento da real necessidade da instituição para uma ação interventiva, mudando completamente o olhar das estagiárias. Quando se iniciou o estágio, acreditava-se que a intervenção se direcionaria para os usuários do serviço, ou seja, aos adolescentes. No entanto, em determinado dia de supervisão, em que fomos questionadas através de uma pergunta de nosso orientador sobre a decisão do nosso público-alvo, sentimos em nosso coração que a equipe de colaboradores deveria ser o foco. Olhamos uma para a outra e confirmamos tal decisão, e o professor percebendo a situação, apenas confirmou nossa percepção, levando em consideração tudo o que já havíamos relatado até o presente momento em supervisão.

Após este momento, podemos analisar o porquê de nossos corações já terem feito a escolha. Assim, começamos a analisar todo o percurso da observação que nos levava a refletir que a equipe estava vivendo um período delicado. A referida instituição é uma entidade sem fins lucrativos, que vive de doações tanto de mantimentos, quanto de trabalho voluntário, e no presente momento havia vencido o convênio com a Prefeitura Municipal, que destinava, ao local, recursos que pagavam o salário da psicóloga, da assistente social, das cozinheiras, da recepcionista e serviam para a compra de alguns mantimentos. Como as doações não costumavam

ser muito frequentes e as profissionais citadas não teriam como trabalhar sem receber seus respectivos salários, toda a equipe se viu numa exaustão emocional, cogitando a possibilidade de a instituição encerrar com sua atividade devido ao drástico fato. Trindade et al. (2010) afirmam que a exaustão emocional é identificada pela ausência ou carecimento de energia e prazer por motivo do enfraquecimento dos recursos.

Segundo CREPOP (2008) a experiência de esgotamento profissional no âmbito de estresse trabalhista prolongado, com ritmo de trabalho doloroso e locais que passam por mudanças organizacionais, pode ocasionar a exaustão emocional e provocar a síndrome de *Burnout*, ou seja, um esgotamento profissional, e pode até mesmo levar a neurose profissional, onde o trabalho pode ser visto como causa de risco no agrupamento de condições de risco relacionadas à origem da doença.

Bernardo et al. (2015, p. 31) afirmam que “É comum observar-se que formas organizativas que não têm fins lucrativos também acabem limitando a autonomia dos trabalhadores, bem como as possibilidades de uma prática comprometida com a transformação das relações de produção.”

De fato estas características se faziam presentes na feição dos colaboradores, contudo, em todo momento desempenhavam suas atividades – com os adolescentes – com dedicação e cuidado, o que nos fez compreender, que mesmo diante de uma situação adversa, os mesmos encontravam refrigério ao ver adolescentes sendo acolhidos e reconhecendo o trabalho desempenhado. Houve uma funcionária que não pôde continuar contribuindo voluntariamente, como os demais que não estavam recebendo salário, e optou por ir à busca de um trabalho remunerado.

Além de todas estas circunstâncias, o local também já não mais possuía muitos dos diversos voluntários que desenvolviam atividades com os adolescentes, com isso restara apenas um professor de Jiu-Jitsu (policia militar), uma enfermeira, um instrutor de fanfarra e outros dois homens conhecidos como coronéis do local.

Após o período de observação, levamos ao conhecimento de nossa supervisora de loco, a psicóloga da instituição, que o foco de intervenção seria a equipe e não os usuários do serviço como de costume ocorria com a entidade. Explicamos que havíamos escolhido a equipe não por termos identificado problemas na interação e relacionamento entre os mesmos, mas sim por querermos promover

estratégias de enfrentamento ao estresse (*coping*) cotidiano que estavam sendo expostos, proporcionando assim, qualidade de vida aos envolvidos.

Antes mesmo de iniciarmos os encontros interventivos, houve um recesso das atividades na instituição devido ao fato da dificuldade financeira sofrida. Mas, como já havíamos firmado o compromisso com a equipe, alguns destes se dispuseram a irem ao local nos dias marcados para as intervenções. No entanto, fomos inteiradas que uns poderiam não comparecer por motivos pessoais, e assim se sucedeu.

Vale ressaltar que, anterior ao início das intervenções, houve um processo teórico da execução do Plano de Intervenção, ou Projeto de Intervenção, que fora apresentado tanto ao professor supervisor quanto a supervisora do loco para a devida autorização dos mesmos para a realização das atividades pretendidas. Neiva et al. (2010) afirmam que o processo de intervenção psicossocial passa por algumas etapas, e os autores discorrem que estas são as seguintes:

*Diagnóstica*: fase em que ocorre a caracterização da instituição, a análise das necessidades psicossociais e a delimitação do(s) foco(s) da intervenção. *Delineamento da intervenção*: fase de planejamento e elaboração do projeto de intervenção. *Desenvolvimento da intervenção*: fase de aplicação do planejamento de modo flexível, sendo este passível de mudanças a partir das necessidades e dos *feedbacks* do grupo-alvo. *Avaliação da intervenção*: fase em que se verifica se os objetivos propostos foram alcançados, se ocorreram mudanças, ou seja, avalia-se a eficácia da intervenção. *Devolução e divulgação dos resultados*: fase em que os resultados são comunicados ao grupo, à instituição ou à comunidade, incluindo também a possibilidade de divulgação científica dos resultados para disseminação da proposta interventiva. (p. 22).

Cada uma destas etapas foi seguida neste estágio, podendo ser claramente identificado no decorrer do relato, em que já foi discorrido acerca da fase Diagnóstica, sendo a mesma da observação do loco, em seguida, através da apresentação e aprovação do Plano de Intervenção – consistindo a fase de Delineamento da intervenção –, e o relato das ações interventivas com a equipe, cumprindo com a fase de Desenvolvimento da intervenção. A fase de Avaliação da intervenção ocorria durante todos os encontros em supervisão, e como será descrito abaixo houve mudanças ao perceber a necessidade do grupo para o momento.

E assim, foi dado início as intervenções ocorridas em forma grupal. Segundo Bernardo et al. (2015) as ações de psicólogos no âmbito da Saúde do Trabalhador

[...] costumam ser realizadas em atividades grupais, que podem ter objetivos e características diversas, mas que, em geral, têm finalidade

terapêutica e informativa, fornecendo informações e problematizando a relação entre o adoecimento do trabalhador e sua atividade laboral, de modo a promover sua conscientização sobre as relações de trabalho às quais estão submetidos. (p. 32)

Os encontros iniciaram no dia 15 de maio de 2018, havendo sete encontros no total, dentre os integrantes da equipe, participaram a psicóloga, a assistente social, o comandante da PMM, dois coronéis do local, uma enfermeira voluntária e um instrutor de fanfarra voluntário. E em cada encontro era aplicada uma técnica, mais comumente conhecida por dinâmica de grupo. Vitiello e Gonçalves et al. (1997) apontam que o termo dinâmica de grupo surgiu primeiramente em 1944, expressado por Kurt Lewin.

Souza (2009) aponta que o objetivo de Lewin ao fazer uso desta expressão, era o de executar uma atividade de investigação com grupos, em que confiava ser plausível instruir novos comportamentos aos sujeitos quando colocados no âmbito grupal por meio da dinâmica de grupo promovendo o debate e a decisão grupal. “Toda atividade que se desenvolve com um grupo (reuniões, workshops, grupo de trabalho, etc.) que objetiva integrar, divertir, aprender, promover o conhecimento, pode ser denominada dinâmica de grupo.” (CUZIN, 2008, p. 35).

O primeiro encontro teve em seu cerne a apresentação das estagiárias e dos participantes, onde foi abordado o sigilo que deveria ocorrer após os encontros, para que houvesse então confiança no grupo, dispondo assim possibilidade a todos para expressar seus sentimentos e vivenciar o grupo em sua essência, bem como a exploração das expectativas dos intervenientes com relação aos encontros. Foi aplicada uma técnica de quebra-gelo com escritas em balões para trabalhar questões relacionadas a aspectos positivos e negativos vivenciados pelos mesmos em seu ambiente de trabalho.

Vale ressaltar que esta técnica foi adaptada de uma cena do filme *Requisitos para ser uma pessoa normal* (2015) em que os dois principais personagens, sendo eles um casal, estão dentro de um carro estacionado num lugar isolado, e escrevem em diversos balões cheios de gás hélio, tudo aquilo que os aborrecem em suas vidas, palavras como solidão, medo, gordo, rejeição, gritos, golpes e culpa. Vale elucidar que ambos encenam personagens de pessoas que estão fora do padrão de beleza e popularidade imposto pela sociedade. Após a escrita nos balões e terem enchido o carro com os mesmos, os personagens saem com os vidros abertos

soltando os balões pelo ar como forma de se libertarem daqueles anseios que os seguem. Diante disso, a técnica foi adaptada para ser aplicada aos intervenientes em questão.

Ao término da técnica as estagiárias clarificaram que a proposta seria com o intuito de apresentar estratégias que pudessem auxiliá-los no processo de qualidade de vida, mediante aos desafios cotidianos enfrentados. Campos e Neto (2008, p. 234) apontam que segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) qualidade de vida pode ser definida como “[...] a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

Alves (2011) discorre que havendo um real investimento na qualidade de vida no trabalho transformará o mesmo num clima laboral saudável, humanizado, tendo uma redução de acidentes de trabalho e absenteísmos, afinal se é em execução de suas atividades trabalhistas que o sujeito passa a maior parte de sua vida, genuíno seria moldá-lo num ambiente saudável e deleitante.

Os quatro integrantes da equipe presentes esboçaram espanto com a revelação de que os mesmos seriam foco de intervenção, pois como relataram, até o presente momento, todos estagiários que já passaram pela instituição, dirigiram seu trabalho aos usuários do serviço. Enquanto estagiária, me surgiu certo anseio por este momento, pois seria uma intervenção realizada com os profissionais do local, em especial com uma profissional da área de Psicologia, no entanto, durante este primeiro encontro, pode-se perceber que tudo estava se dirigindo pelo caminho que deveria ser percorrido.

O segundo encontro se deu em 17 de maio de 2018, nele foi aplicada a técnica “Ser profissional” que teve como principal material utilizado massas de modelar, seu objetivo foi o de propiciar uma reflexão à equipe acerca da importância do seu trabalho e como os mesmos enxergam a sua prática dentro da instituição PMM. Durante dado momento da aplicação pode-se observar que alguns se comoveram.

As massas de modelar – entregues aos participantes – foi com o intuito de os mesmos as usarem para demonstrarem como que cada um enxerga seu trabalho no local, bem como sua importância. Esta técnica foi adaptada da Dinâmica de Encerramento de Vitiello e Gonçalves et al. (1997) com massas de modelar, em que

seu procedimento se dá ao passo que o facilitador solicita a cada integrante que represente, utilizando a massa de modelar, seu envolvimento pelo curso, em seguida, um por um precisará dizer em som alto o que procurou expressar com sua massa de modelar.

Percebeu-se que os intervenientes mostraram-se empolgados a cooperar com a técnica e em todo o momento ninguém hesitou em comentar sobre o que fizeram e seus sentimentos representados na arte. Ao término, foi dirigido um agradecimento aos quatro participantes presentes pela cooperação e alguns dos mesmos também agradeceram as estagiárias pela sensibilidade de olhar para a equipe e estarem realizando a intervenção com os próprios. Neste encontro, notou-se que foi de suma importância a técnica aplicada para a vida da equipe, mediante todas as falas ditas. Também ficou perceptível o quanto que os mesmos valorizavam aquele momento que estavam tendo para si, pois em determinado momento a técnica teve que ser interrompida, mas nem assim um integrante se ausentou, remarcando ali mesmo outro horário com a pessoa que havia interrompido.

O terceiro encontro aconteceu aos dias 22 de maio de 2018, o mesmo havia sido planejado, a priori, com a preparação de outra técnica intitulada de “Círculo da vida”, mas diante a percepção obtida chegando ao local, entendeu-se que era necessária a mudança para a técnica que seria aplicada no encontro seguinte, intitulada de “Você já gritou hoje?”. Tal identificação da mudança se deu pelo fato da percepção de uma tensão vivenciada pela equipe naquela manhã, pois estavam em uma importante e densa reunião.

O encontro então se dirigiu primeiramente clarificando a equipe sobre a mudança da técnica, com isso, dirigimos os mesmos a parte exterior do loco e os instigamos a “extravasar”, através do grito, do canto, do riso, de movimentos físicos como correr, pular, dançar ou qualquer outra forma que escolhessem para esvaziar toda tensão que o ambiente de trabalho propiciava. Num primeiro momento ninguém esboçou reação, até que um dos participantes propôs que fizessem um relaxamento, onde o mesmo conduziu os movimentos e todos o acompanharam. Cabe aqui salientar acerca da questão do *setting* terapêutico não necessitar de local específico para ser vivenciado pelos envolvidos, afinal o grupo foi posto em um local aberto e após certo anseio por possivelmente estarem expostos a pessoas que não faziam parte do grupo, confiaram nas facilitadoras e se permitiram vivenciar o momento.

As acadêmicas tiveram conhecimento desta técnica por terem sido intervenientes da mesma sendo aplicada pelo próprio professor orientador num horário de aula de outra disciplina (Ações Multiprofissionais em Psicologia), que segundo o professor esta é de criação própria. Devido a relevância da mesma e considerando a possível aplicabilidade com a equipe de colaboradores, foi escolhida e obteve êxito, pois em determinado momento detectou-se alguns participantes gritando, gargalhando, realizando o que fora proposto de início. Em seguida foram convidados que fizessem massagem um no outro, e assim fizeram. Pôde-se perceber o quanto que se divertiram naquela ocasião e a intenção foi alcançada: a de lhes proporcionar um momento de canalização da tensão.

Como clarificado no relato do encontro anterior, o quarto encontro, que se deu ao dia 05 de junho de 2018, seria aplicada a técnica “Você já gritou hoje?”, mas mediante situações que surgiram no momento do terceiro, precisou ser trocada pela técnica “Círculo da vida”. Esta técnica é uma adaptação da dinâmica Roda da Vida muito utilizada por profissionais *coach*. Segundo Ferreira (2013, p. 19) “Através dessa ferramenta é possível obter o grau de satisfação do *coachee* em quadrantes que representam sua vida, como exemplo qualidade de vida, relacionamentos, aspectos profissionais e pessoais.”. Ainda conforme a autora *coachee* é como chamam o cliente nesta área.

A intervenção se iniciou com a pronúncia da seguinte frase: “*O que a vida precisa para ser boa?*”, a equipe fora orientada para que esta frase ficasse de reflexão, e que naquele momento estava aberta uma discussão sobre o que os mesmos conhecem a respeito de qualidade de vida e o quanto tem vivido isso em suas próprias vidas. Todos os seis participantes daquele dia falaram sobre o assunto proposto. Posteriormente uma das estagiárias distribuiu folhas *sulfites* que continham um círculo desenhado com divisórias e também lápis de cor a cada um, e retomando a frase dita no início, foi dado o comando de que eles deveriam escrever do lado de fora de cada uma das divisórias do círculo aquilo que acreditavam que a vida precisava para ser boa como, por exemplo, família, amigos, lazer e etc., e que pintassem, de dentro para fora do círculo, o quanto que estavam priorizando ou se doando a cada aspecto que haviam colocado.

Todos participaram com sua fala no *feedback*, e em diversos momentos riram muito, pois se lembraram de situações vivenciadas no passado, e se tornou um

momento de muita descontração para todos, e também refletiram, individualmente, sobre como têm se portado para cada âmbito de suas vidas. Para finalizar a técnica foi deixada a reflexão da importância de um equilíbrio em cada ponto da vida que colocaram, equilíbrio este já mencionado pelos próprios no início da técnica, e que aquele momento foi para se perceberem, olharem para si e para suas atitudes consigo mesmos.

Pôde-se perceber o quanto que a equipe se permitiu neste encontro, pois a sensação foi de que todos haviam, literalmente, “esquecido” por um instante, dos problemas, da correria do dia a dia e se conectado consigo mesmo. Diante das muitas risadas que ocorreram, o meu sentimento, foi o de acreditar que a técnica fugiu do seu objetivo, no entanto, em conversa com a outra estagiária sobre a vivência, e através do relato feito na supervisão de estágio ao professor orientador, pude observar que aquele era o momento que os participantes escolheram para, justamente, extravasarem. E naquela ocasião o riso e a alegria de relembrar ocasiões do passado foi uma estratégia de enfrentamento ao estresse.

O quinto encontro se deu com a aplicação da técnica “Bilhete Anônimo” e ocorreu em 07 de junho de 2018, vale ressaltar que este foi o primeiro encontro em que todos os sete integrantes da equipe participaram. Num primeiro momento, foi solicitado que todos prestassem atenção na exibição do vídeo *Empathy – Cleveland Clinic*, que narra o cotidiano dentro de um hospital e a percepção que cada personagem tem sobre aquele local, bem como seus motivos para estarem ali. Ao término do mesmo, ficou perceptível o impacto gerado nos participantes, evidenciado através das expressões faciais, fala e choro de alguns.

Após assistirem o vídeo, os integrantes receberam um papel em branco e uma caneta, sendo orientados a escreverem um bilhete, sem nenhum tipo de identificação, para um amigo que futuramente ficaria doente, devendo enfatizar cuidados que o mesmo deveria tomar e algo mais que quisessem escrever a essa pessoa. Após a escrita dos bilhetes, a equipe foi orientada a colocá-los em um envelope que lhes fora entregue, uma das estagiárias recolheu os mesmos e os distribuiu novamente aos participantes de maneira aleatória para que não devolvesse o mesmo à pessoa que havia escrito. Percebeu-se que todos foram bastante expressivos durante a leitura.

Posteriormente, um dos participantes deu início a sua fala e de imediato se emocionou com períodos de choro intensos, havendo por parte dos outros integrantes, um momento de empatia para com ele. Então, outros integrantes falaram de sua percepção e experiência, com devoluções por parte das facilitadoras e também dos próprios integrantes do grupo. No momento do *feedback* foi evidenciado o propósito da técnica, ressaltando a importância da empatia, fazendo uma ponte com o relacionamento e saúde da equipe, além da reflexão acerca do olhar para si mesmo, ligando com aspectos do encontro anterior, que dizia respeito à qualidade de vida. Pude vivenciar um grande desafio neste encontro pelo fato da emoção ter sido forte no mesmo, pois até o momento havia tido experiências de apenas risos e gargalhadas.

Segundo MacKay (2000) empatia é quando posicionamentos de alguém explicitam ao que se pronuncia que o ouvinte está compreendendo as impressões presentes no que está sendo pronunciado; que este está percebendo e entendendo sensações mais arraigadas que se encobrem por detrás das locuções e, finalmente, expressando compreensão de suas emoções.

Vale clarificar que a técnica utilizada foi sugerida por uma das acadêmicas que teve conhecimento da mesma através da experiência vivida numa disciplina, intitulada Processos Grupais e Relações Humanas – ministrada pelo professor Esp. Hanns-Muller Marques Lopes – em que a classe (turma 2016.1) foi dividida em grupos e cada um destes deveria criar uma técnica para ser aplicada aos demais, e dentre as criadas esta se fazia presente.

No sexto encontro foi aplicada a técnica “Quem eu sou faz a diferença”. Este se deu aos dias 12 de junho de 2018 e teve a participação de cinco integrantes da equipe. Num primeiro momento, uma das estagiárias leu uma história intitulada de “Quem eu sou faz a diferença”. E ao término da mesma, foi entregue uma fita azul que continha a frase “Quem eu sou faz a diferença” para cada participante e estes foram orientados a entregar a fita para aquele que faz a diferença em sua vida, dos que estavam presentes no momento, e falar sobre como e porque este exerce tal função em sua vida. Quase toda a equipe pediu fitas a mais para presentear mais de uma pessoa, com exceção de um participante. Nós estagiárias também entregamos uma fita para cada um e os clarificamos acerca da diferença que fizeram em nossas vidas, tanto particular quanto acadêmica, e também em todos os âmbitos da vida de

cada Policial Militar Mirim. O *feedback* foi sobre a importância de se dizer ao outro o quanto faz a diferença em nossa vida, pois o reconhecimento é essencial tanto para quem recebe quanto para quem reconhece.

Nesta técnica as alunas também tomaram conhecimento da mesma sendo intervenientes, onde esta foi aplicada pela professora Me. Carla Prática Rambo Matheus, na disciplina de Teoria Humanista II, e a história contada pode ser facilmente encontrada em *sites na internet*.

Dentro do plano de intervenção havia uma proposta de promover visibilidade à instituição PMM. Com isso, as acadêmicas organizaram uma apresentação de PMMs no pátio da instituição de ensino FAEMA. Este marcante momento se deu ao dia 19 de junho de 2018.

Iniciou-se com a fala de uma das estagiárias apresentando o objetivo da presença de todos ali naquele local, bem como a importância do projeto na vida e na família dos usuários, e em seguida a Fanfarras da instituição fez uma linda apresentação. Ao término o Comandante teve a oportunidade da palavra e discorreu brevemente sobre a história, a finalidade, atividades desenvolvidas e composição da equipe institucional da instituição e já passando a autorização ao Major policial militar mirim para o comando da belíssima apresentação de Ordem Unida com os demais policiais militares mirins formados.

Grande quantidade da comunidade acadêmica se fez presente e esboçaram muita admiração pela apresentação dos adolescentes. Ao término, o Comandante, e posteriormente uma das estagiárias, agradeceram a todos pela atenção deixando o convite aberto para visitas esporádicas, bem como a participação de estagiários à instituição.

Para o sétimo e último encontro com a equipe, as estagiárias construíram um documentário em homenagem à equipe. Neste documentário continha relatos de um ex-policial militar mirim e de outros seis PMMs que ainda participavam do projeto. Os depoimentos se dirigiram de maneira em que os mesmos deveriam discorrer sobre o porquê e como foi sua entrada no projeto da PMM e sobre o que alterou na vida de cada um desde sua ingressão no projeto, experiências com a equipe, enfatizando em que estes contribuíram para tal mudança e, por fim, finalizando com a então homenagem em forma de agradecimento à equipe.

Alguns relatos foram carregados de emoção, em outros os adolescentes se mostraram nervosos pelo fato de estarem sendo filmados, mas discorreram muito bem sobre o que deveriam dizer, podendo perceber nos olhares e na tonalidade de voz o sentimento de reconhecimento que possuem pelo projeto e, conseqüentemente, por toda a equipe institucional.

Um relato em especial foi um tanto peculiar, pois em dado momento em que foi preciso pausar o segundo vídeo para melhor explicar ao adolescente sobre mais assuntos que gostaríamos que discursasse, o narrador sentiu-se confortável em iniciar uma conversa sobre sua vida particular traçando sua trajetória na instituição, e ao término do vídeo deu continuidade a mesma. Houve acolhimento em sua fala, e lhe indicamos terapia clarificando o atendimento ao público em geral que as duas instituições de ensino – que possuem o curso de graduação em Psicologia – do município de Ariquemes/RO oferecem, e demos as possíveis devolutivas cabíveis ao momento.

Para nós, acadêmicas, tal relato foi de suma significância, pois além de ter sido inesperado, também nos possibilitou ter experiência com uma nova situação dentro do estágio, situação esta que nos remeteu a importância do psicólogo social em saber lidar com aspectos que nem sempre são coletivos, pois eu, particularmente, pude vivenciar com o mesmo uma experiência de acolhimento individual, tal relação foi tão genuína que nem percebemos a presença de uma terceira pessoa ao nosso lado, sendo esta a outra estagiária. Também possibilitou, a nós acadêmicas, a experiência de termos sido – naquele momento – pessoas confiáveis a um ser humano que pouco teve contato verbal conosco, e fez-nos também ter certeza de que a postura transpassada, no loco de estágio, foi a mais íntegra que poderíamos ter.

Em se tratando de acolhimento, no Dicionário Priberam esta palavra significa “Ato de acolher; refúgio; amparo; hospitalidade.”. Trindade (2010, p. 13) afirma que “O acolhimento não é um local, nem um espaço, mas uma postura ética, não exige hora ou profissional, implica saberes, escutar angústias, procurar solucioná-las, tomando para si a responsabilidade de “abraçar” o usuário ou comunidade com resolubilidade.”. Por fim, para Perfeito e Melo (2004) entende-se por acolhimento uma posição afeiçoada do psicólogo, um posicionamento de escuta que procura acolher, aceitar onde a manifestação do sofrimento já propicia refrigério ou até

mesmo certa compreensão com relação ao contexto vivenciado, originando oportunidades para transformá-lo.

Finalizada as gravações, as acadêmicas organizaram o último encontro. Este se deu no dia 26 de junho de 2018 e teve a presença dos setes integrantes da equipe. O início desta última intervenção deu-se com a técnica “Unindo Competências”, sendo esta uma técnica também experienciada pelas acadêmicas na disciplina de Teorias e Técnicas Psicoterápicas III – Enfoque Humanista, igualmente ministrada pela professora Me. Carla Patrícia. Esta se deu do mesmo modo da técnica “Bilhete Anônimo”, com a divisão da turma e cada grupo deveria criar uma técnica a ser aplicada aos demais alunos.

Com os intervenientes já acomodados, após todo um momento de expectativas, uma das estagiárias iniciou o encontro dizendo que precisaria de um voluntário, com isso um dois coronéis se dispôs. Sendo assim, lhe foi pedido que falasse uma ou mais qualidades da pessoa que estava a sua direita, e a pessoa “elogiada” deveria, seguidamente, dizer um ou mais defeitos que a própria possui e, ao término de sua fala, dirigir-se até à mesa e escolher um presente para si e aguardar até o comando para abri-lo. Assim sucessivamente ocorreu até que todos falassem e tomassem seus presentes.

Quando puderam abrir os embrulhos, as reações foram incríveis, pois todos esboçaram satisfação pelos portas retrato e logo em seguida pôde-se notar sensações de curiosidade com relação às peças do quebra-cabeça. Neste momento as estagiárias não se pronunciaram e aguardaram pela reação de os próprios se atentarem a reunir as peças e, juntos, montar o quebra-cabeça, e assim aconteceu. Todos observaram que em suas mãos faltavam algumas peças, até que um verbalizou que poderiam montar juntos e outro deu a ideia de se dirigem até a mesa para isso. Conforme a construção as reações foram de cumplicidade, união e alegria ao ir descobrindo a imagem.

Havia ainda 12 (doze) peças que não estavam em suas mãos, e a parte que faltava do quebra-cabeça achava-se escrito a seguinte frase: “VOCÊS FAZEM A DIFERENÇA!”, e lhes foram entregue, um a um, para que terminassem a montagem. Com isso, o *feedback* se deu para lhes fazer compreender o quão importantes são para a instituição e para a vida de cada adolescente, e também, que assim como o quebra-cabeça, eram peças essenciais dentro da equipe. Em determinando

momento, entre a aplicação da técnica e a exibição do vídeo os homenageando, fomos presenteadas pela equipe com palavras em agradecimento pela nossa atuação e sensibilidade para com os mesmos, e também recebemos presentes de lembrança.

Em seguida deu-se início ao documentário em homenagem a cada integrante da equipe. Pôde-se observar que alguns se emocionaram com o que ouviram e ao término do vídeo os agradecemos e lhes passamos a palavra. Alguns falaram sobre sua experiência em cada encontro, demonstrando, mais uma vez, o quanto que se sentiam agradecidos e outros relataram ter observado mudança de comportamento em determinado colega, onde este se transformou em um “ser humano mais sociável” (palavras de uma participante). Ao término deste momento todos foram convidados a se dirigirem ao exterior do local onde estava servido um jantar para finalizar o estágio, e mais uma vez se mostraram extremamente felizes, deixando claro o agradecimento por todo o cuidado a eles prestado.

A fase de Devolução e divulgação dos resultados, descrita acima por Neiva et al. (2010) se deu ao término do último encontro de forma verbal com a equipe, posteriormente de maneira escrita por meio do Relatório Final cedido a supervisora do loco e ao professor orientador.

Particularmente, este estágio foi de grande significância para minha vida acadêmica e profissional, pois me foi possível ter acesso a uma experiência ímpar, onde pude, através da observação, identificar a real necessidade da instituição enquanto loco de estágio e compreender assim, a importância deste processo observatório para a prática do psicólogo dentro de uma instituição, e/ou demais grupos.

De início foi realizada a observação assistemática, que segundo Prodanov e Freitas (2013) trata-se da observação de maneira livre, com o intuito de colher informações, dados, para então ser traçado um foco de observação. Após a coleta dos dados e orientação, foi estabelecido tal linha de foco, tendo em vista os aspectos e fenômenos que deveriam ter relevância maior no processo. Prodanov e Freitas (2013) determinam esta maneira de observação como: observação sistemática.

Este processo se deu de maneira satisfatória, pois enquanto estagiárias, fomos incluídas nas mais variadas atividades possíveis da qual a instituição

participava, tanto em ambiente interno, quanto externo, o que facilitou para o levantamento de dados necessários para a execução do plano de intervenção. A aceitação do foco de intervenção, após a observação, não foi algo fácil, pois ao identificar que o mesmo seria com a equipe de trabalho, houve o sentimento de insegurança e ansiedade, afinal trataríamos com profissionais de suas respectivas áreas, e dentre eles, uma psicóloga.

Segundo Aguirre (2000) num contexto geral, a ansiedade é extremamente intensa no início, e esta diminui ao passo que aceitamos que a insegurança é completamente admissível, em primeiras vezes, de algo que iremos realizar. E esta intensidade pode ser ajustada conforme as questões que provocam maior ansiedade vão sendo clarificadas. E assim, como citado pela autora, ocorreu que ao identificar os aspectos provocadores de ansiedade, esta se tornou menos intensa e consequentemente, também os sentimentos de insegurança envolvidos.

A diminuição de tais sentimentos facilitou a execução da intervenção com o grupo, pois ao passo de cada encontro pude ir vivenciado experiências enriquecedoras que só me fizeram ganhar segurança e domínio das técnicas aplicadas. Contudo, um misto de emoções não ficou descartado deste processo.

Nas respectivas intervenções pude aprender o quanto que fornecer estratégias de enfrentamento ao estresse a sujeitos pode proporcionar qualidade de vida aos mesmos. Estes profissionais formavam uma equipe que, aparentemente, não havia nenhum “problema” instaurado, como por exemplo, alguma falha no relacionamento interpessoal, o que comumente é vivenciado por equipes de trabalho. Contudo, viviam um momento tenso da própria instituição que somados a questões pessoais, estavam deixando-os sobrecarregados emocionalmente, levando-os a tomar atitudes de não olharem para si, ou seja, não estavam preocupados com suas saúdes.

Diante disso, pode-se compreender que foi executada uma vigilância em Saúde do Trabalhador, termo trazido pelo CREPOP (2008) que afirma que as atividades de vigilância em Saúde do Trabalhador envolvem o reconhecimento, o domínio e a extinção dos riscos nos locos de trabalho. O intuito é reconhecer as ameaças à saúde nos ambientes de trabalho e apontar alterações, objetivando à precaução primária. O processo de diligência pode ser estimulado por um episódio vigilante, isto é, a incidência de doença, invalidez ou mortes que podem ser

evitadas. Ao passo que se tem conhecimento de algum dos episódios, sucederá uma averiguação para definir como episódios parecidos podem ser precavidos no futuro.

Oportunizar ao sujeito um momento para si, de modo que este possa desacelerar o ritmo da correria do dia a dia para se perceber e assim, este se posicionar em busca de mudança, foi de grande gratificação para mim tanto como estagiária, quanto como futura profissional de uma profissão de excelência em sua atuação. Pois recebemos *feedbacks* de que um dos intervenientes procurou por atendimento psicoterápico após o período de estágio. E isto me levou a uma reflexão: a Psicologia da prevenção da saúde incluída em âmbitos sociais, institucionais, organizacionais, dentre outros, é como as UBS (Unidades Básicas de Saúde) são para os hospitais, uma porta de entrada para o atendimento especializado, ou no caso da Psicologia, para um atendimento clínico individual, onde o indivíduo aceita ajuda o que em muitos casos é algo complicado de se ocorrer. E este estágio, em especial, trouxe a oportunidade aos envolvidos de se analisarem, identificar suas necessidades e irem a busca da mudança através da psicoterapia, e também da alteração de rotina.

Vale ressaltar que, a supervisão de estágio possibilitou o sucesso do estágio, pois através dos ensinamentos, respeito, ética e parceria do professor orientador e das colegas de sala os *insights* e *feedbacks* foram facilitados. Todas as supervisões tiveram seus objetivos alcançados nas áreas práticas, teóricas, bem como humanas no acolhimento do professor para com as estagiárias. Acerca do papel do supervisor Oliveira-Monteiro et al (2014) entendem que as incumbências do supervisor de estágio integram orientar, exercitar, inspecionar e examinar, e que o fundamento do procedimento da supervisão é um *feedback* constante e, dessa maneira, a análise vai seguir inteiramente o processo de supervisão.

Por fim, o sentimento foi o de “dever cumprido”, pois foi proporcionado aquilo que fora proposto a toda a equipe: qualidade de vida, bem-estar psicológico e estratégias de enfrentamento ao estresse.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, a Psicologia ainda pode ser considerada uma ciência muito recente, em especial no campo da Psicologia Social. Mesmo diante de poucos anos de profissão, os estudos acerca desta área e suas ramificações são grandiosas, num modo geral. Mas parece não ser o suficiente, exigindo, por parte dos psicólogos, mais pesquisas e divulgações sobre sua prática profissional, para contribuir com a vida acadêmica, bem como com o aprimoramento da profissão em si, o que também justifica a ânsia em realizar esta pesquisa em formato de relato de experiência.

Diz-se isso pelo fato de, ao passo que esta pesquisa fora delimitando o assunto, mais dificultoso foi encontrar trabalhos para compor o referencial teórico. Diante da pesquisa, viu-se que na área da Psicologia Social e sua prática, a ABRAPSO e o CREPOP auxiliam, no entanto, entende-se que estas instituições podem colaborar ainda mais para o crescimento e conhecimento das práticas do psicólogo social especificamente no ramo das políticas públicas. Isso, certamente, auxiliará fortemente na construção de novos profissionais, melhor preparando-os para a atuação.

Pode-se inclusive apostar na produção de intervenções que realizem investigações políticas e históricas e que repercutam sobre as inúmeras experiências inerentes e sócias perceptíveis no cotidiano. Verifica-se que seja indispensável o fomento de tais apontamentos desde o início da formação acadêmica do psicólogo, com o propósito de minimizar a ocorrência de atividades sem interesse ou errôneas pelas questões políticas e coletivas.

Com isso, é fundamental que as faculdades que possuam os cursos de Psicologia tenham, em suas estruturas e em suas diretrizes curriculares, a própria lógica da política pública e do psicólogo atuando nesses ambientes como disciplinas, estágios e aulas práticas, favorecendo assim, de certa forma, um processo de formação que também auxilie este profissional a adentrar ao mercado de trabalho, e sair com uma lógica que não somente seja aquela predominante e hegemônica que é da Psicologia Clínica, do consultório particular.

Todo o processo de vivência do decorrer do trajeto desta graduação em Psicologia foi extremamente relevante para comprovar o quanto que a ocupação do psicólogo é significativa para as pessoas em geral, pois propiciar ao outro uma reflexão acerca de sua demanda levando-o a tomar conhecimento da mesma e a elaborá-la, descobrindo assim um autocontrole de seu sofrimento é um alcançado único para o sujeito, para o profissional e para a sociedade. Em especial alcançar este marco com um número considerável de pessoas é muito gratificante, afinal o processo grupal permite ao profissional atingir muitas pessoas e fazê-las compreender a importância do cuidado em saúde mental, e conseqüentemente, aquele que entende irá continuar sua busca por ajuda como foi o caso da prática do respectivo estágio supervisionado.

Particularmente, ter experienciado a prática de estágio supervisionado descrito neste trabalho, foi de extrema importância para minha vida profissional e pessoal, pois me proporcionou significativas reflexões acerca do outro, ou seja, me possibilitou valorizar a observação tão necessária dentro da prática social para elaborar um projeto de intervenção eficaz e através disso, poder perceber a real necessidade tanto da instituição enquanto estrutura, quanto da mais importante necessidade neste caso que era o de sentir o outro, aquilo que este precisava naquele respectivo momento para obter qualidade de vida e bem-estar.

Desta maneira, tornar esta vivência em um relato de experiência foi extremamente gratificante, pois acredita-se que a mesma poderá contribuir, em especial, ao público acadêmico que se encontra nesta fase prática da graduação. E trabalhos desta instância são inteiramente importantes para divulgar a real experiência do acadêmico, bem como do psicólogo em sua prática profissional.

Vale ressaltar que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, pois o leitor pôde ter conhecimento desde a história da Psicologia e de sua área da Psicologia Social, até a atuação do psicólogo social, as políticas públicas envolvidas e a aplicabilidade da prática de estágio supervisionado com ênfase em processo de prevenção e promoção da saúde.

Como proposta, fica a sugestão ao acadêmico de Psicologia que busque além do que lhe é ofertado na graduação, principalmente no âmbito das políticas públicas, pois infelizmente, ainda é algo suscintamente abordado nas faculdades, com isso haverá momento em que o estudante, além de ter um ganho científico particular,

também poderá proporcionar aos colegas um rico aprendizado quando for oportuno. Afinal o grande erro do acadêmico é se limitar apenas ao que lhe é apresentado no decorrer de sua formação, por experiência própria da autora. Assim, lance mão da supervisão, do estudo teórico e também da terapia individual, que muito contribuirá no seu processo acadêmico.

## REFERÊNCIAS

"**acolhimento**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/acolhimento> [consultado em 11-06-2019].

ABBAD, Gardênia da Silva; MOURÃO, Luciana. Competências profissionais e estratégias de qualificação e requalificação. In: BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; GONDIM, Sônia Maria Guedes (orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010. Disponível em: <<http://nacionalarte.com.br/psc/wp-content/uploads/2017/04/BASTOS-A.-V.-B.-GONDIN-S.-M.-G.-O-trabalho-do-psico%CC%81logo-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 15 Jun 2019.

AGUIRRE, Ana Maria de Barros. A primeira experiência clínica do aluno: ansiedades e fantasias presentes no atendimento e na supervisão. **Psicologia: Teoria e Prática**. Vol. 2, nº 1, p. 3-31, 2000. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1116/825>>. Acesso em: 10 Mai 2019.

ALMEIDA, Flávio Aparecido de. A Psicologia Social e o papel do psicólogo na sociedade contemporânea. **Psicologia.PT**. P. 1-7, 2018. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1222.pdf>>. Acesso em: 15 Jun 2019.

ALVES, Railda Fernandes. **Psicologia da saúde: teoria, intervenção e pesquisa**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 345 p. ISBN 978-85-7879-192-6. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/z7ytj/pdf/alves-9788578791926.pdf>>. Acesso em: 10 Jun 2019.

ARAUJO, Maristela Dalbello de et al. Formas de produzir saúde no trabalho hospitalar: uma intervenção em psicologia. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. Vol. 5, p. 37-49, 2002. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v5/v5a04.pdf>> Acesso em: 16 Jun 2019.

ARAUJO, Saulo de Freitas. Wilhelm Wundt e a fundação do primeiro centro internacional de formação de psicólogos. **Temas em Psicologia**. Vol. 17, nº 1, p. 09-14, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v17n1/v17n1a02.pdf>. Acesso em: 25 Mai 2019.

BERNARDES, Jefferson de Souza. História. In: STREY, Marlene Neves, et al. **Psicologia Social Contemporânea**. 18ª Ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BERNARDO, Marcia Hespanhol; et al. A práxis da Psicologia Social do Trabalho: reflexões sobre possibilidades de intervenção. In: COUTINHO, Maria Chalfin; FURTADO, Odair; RAITZ, Tânia Regina (orgs.). **Psicologia Social e Trabalho: perspectivas críticas**. Edições do Bosque – CHF/UFSC. Florianópolis: ABRAPSO Editora, 2015, 292 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129787/Book%20Psico>>

logia%20Social%20e%20Trabalho%20pdfA.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 19 Jun 2019.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A Psicologia e as psicologias**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. Disponível em: <http://files.portfolioeducacional.webnode.pt/200000047-a3b16a4aaf/A%20Psicologia%20e%20as%20Psicologias.pdf>. Acesso em: 20 Mai 2019.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Aria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 1999. Disponível em: [https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/bock\\_psicologias-umaintroduc3a7c3a3o-p.pdf](https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/bock_psicologias-umaintroduc3a7c3a3o-p.pdf). Acesso em: 18 Mai 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 15 DE MARÇO DE 2011**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Diário Oficial da União, Brasília/DF, mar., 2011, Seção 1, 19 p. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 10 Jun 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Ministério da Saúde – Brasília/DF, 2002. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas\\_promocao.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf)>. Acesso em: 15 Jun 2019.

\_\_\_\_\_. **Conheça a RAPS: Rede de Atenção Psicossocial**. Ministério da Saúde, Brasília/DF, 2013. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/conheca\\_raps\\_rede\\_atencao\\_psicossocial.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/conheca_raps_rede_atencao_psicossocial.pdf)>. Acesso em: 18 Jun 2019.

\_\_\_\_\_. **VIII Conferência Nacional de Saúde**. Ministério da Saúde, Brasília/DF, 1986. (Anais). Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/relatorios/relatorio\\_8.pdf](http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/relatorios/relatorio_8.pdf)>. Acesso em: 15 Jun 2019.

BRASIL, República Federativa. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília/DF, out., 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 18 Jun 2019.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**. Vol. 5, nº 1, p. 163-177. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, jan./mar., 2000. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63050114>>. Acesso em: 15 Jun 2019.

CALAZANS, Roberto; LUSTOZA Rosane Zétola. A medicalização do psíquico: os conceitos de vida e saúde. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Vol. 60, nº 1, p. 124-131. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v60n1/v60n1a11.pdf>>. Acesso em: 15 Jun 2019.

CAMPOS, Maryane Oliveira; NETO, João Felício Rodrigues. Qualidade de vida: um instrumento para promoção de saúde. **Revista Baiana de saúde pública**. Vol. 32, nº 2, p. 232-240, 2008. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/lislaineaf/files/-1/19150/qualidade-vida-instrumento-promocao-saude.pdf>>. Acesso em: 10 Jun 2019.

CARVALHO Tércio Santos Vieira; COSTA JUNIOR, Inácio César Andrade. Psicologia social: Conceitos, história e atualidade. **Psicologia.PT**. p. 1-9. 2017. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0421.pdf>. Acesso em: 21 Mai 2019.

CAVALCANTE, Bruna Luana de Lima; LIMA, Uirassú Tupinambá Silva de. Relato de experiência de uma estudante de Enfermagem em um consultório especializado em tratamento de feridas. **Jornal of Nursing and Health**. Vol. 1, nº 2, p. 94-103. Pelotas/RS, jan./jun., 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/3447/2832>>. Acesso em: 20 Jun 2019.

CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Estresse e estratégias de enfrentamento: o uso da escala Toulousaine no Brasil. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**. Vol. 6, nº 2, p. 43-64, Florianópolis, dez., 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v6n2/v6n2a03.pdf>>. Acesso em 17 Jun 2019.

COLOSSI, Emanuelle Graziottin; CALESSO-MOREIRA, Mariana; PIZZINATO, Adolfo. Estratégias de enfrentamento utilizadas pela equipe de enfermagem de um CTI adulto perante situações de estresse. **Revista Ciência & Saúde**. Vol. 4, nº 1, p. 14-21. Porto Alegre, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/view/7167/6629>>. Acesso em: 10 Jun 2019.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP Nº 005/2003**. Reconhece a Psicologia Social como especialidade em Psicologia para finalidade de concessão e registro do título de Especialista. Brasília/DF, jun., 2003. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2003\\_5.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2003_5.pdf). Acesso em: 04 Jun 2019.

CORDEIRO, Mariana Prioli. **Psicologia Social no Brasil: multiplicidade, performatividade e controvérsias**. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16969/1/Mariana%20Prioli%20Cordeiro.pdf>. Acesso em: 04 Jun 2019.

COSTACURTA, Jaisson Rodrigo. **A Psicologia e sua práxis em políticas públicas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília – Instituto de Psicologia. Brasília/DF, ago., 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/30989>>. Acesso em 18 Jun 2019.

CREPOP, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública: referências para a atuação do (a) psicólogo (a)**. Brasília: CFP, 74 p., jun., 2008. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/10/CREPOP\\_Saude\\_Trabalhador\\_x2x.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/10/CREPOP_Saude_Trabalhador_x2x.pdf)>. Acesso em 20 Jun 2019.

CUZIN, Marinalva Imaculada. **As relações interpessoais à luz do psicodrama**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas/SP, 2008. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252067/1/Cuzin\\_Marinalvalmaculada\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252067/1/Cuzin_Marinalvalmaculada_D.pdf)>. Acesso em 11 Jun 2019.

D'OCA, Karen Nunes Montes; SANTOS, Rejane Rosaria Grecco dos; SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos. A constituição da Psicologia Social e sua diversidade epistemológica. **Revista Momento – Diálogos em Educação – FURG**. Vol. 25, nº 2, p. 9-18, jul./dez., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/momento/article/download/5854/4367>>. Acesso em: 22 Mai 2019 >. Acesso em: 21 Mai 2019.

FERRAZZA, Daniele Andrade. Psicologia e políticas públicas: desafios para superação de práticas normativas. **Revista Polis e Psique**. Vol. 6, nº 3, p. 36-58, Porto Alegre, dez., 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v6n3/n6a04.pdf>>. Acesso em 18 Jun 2019.

FERREIRA, Débora Aparecida da Costa. **Estudo sobre a atuação de Coaches**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas. Campinas/SP, 2013. Disponível em: <<http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/323/1/DEBORA%20APARECIDA%20DA%20COSTA%20FERREIRA.pdf>>. Acesso em: 11 Jun 2019.

FONSECA, Tânia Mara Gali. Epistemologia. In: STREY, Marlene Neves, et al. **Psicologia Social Contemporânea**. 18ª Ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

HERZBERG, Eliana; CHAMMAS, Débora. Triagem estendida: serviço oferecido por uma clínica-escola de Psicologia. **Paidéia (Ribeirão Preto)**. Vol. 19, nº 42, p. 107-114. Jan./abr., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v19n42/13.pdf>>. Acesso em: 11 Jun 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed., São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002. Disponível em: <<http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20>>

[%20como elaborar projeto de pesquisa - antonio carlos gil.pdf](#)>. Acesso em: 19 Jun 2019.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed., São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 09 Jun 2019.

GOMES, Maria do Socorro Costa. As entidades sem fins lucrativos e a participação nos resultados. **Revista SJRJ**. Vol. 21, nº 39, p. 117-126, Rio de Janeiro, abr., 2014. Disponível em: <[https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/74818/entidades\\_fins\\_lucrativos\\_gomes.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/74818/entidades_fins_lucrativos_gomes.pdf)>. Acesso em: 19 Jun 2019.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Mesa: Crepop: construção das referências para a atuação dos psicólogos em políticas públicas. In: CFP – Conselho Federal de Psicologia. **V Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas: Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas**. Brasília: CFP, 2011, 188 p. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/10/seminarionacional-23-05-11-vers%C3%A3o-corrigida-FINAL.pdf>>. Acesso em: 18 Jun 2019.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; MAGALHÃES, Mauro de Oliveira; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Escolha da profissão: as explicações construídas pelos psicólogos brasileiros. In: BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; GONDIM, Sônia Maria Guedes (organizadores). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010. Disponível em: <<http://nacionalarte.com.br/psc/wp-content/uploads/2017/04/BASTOS-A.-V.-B.-GONDIN-S.-M.-G.-O-trabalho-do-psico%CC%81logo-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 15 Jun 2019.

GUARESCHI, Pedrinho. Qual a “prática” da psicologia social da ABRAPSO? In: ZANELLA, Andréa V. et al., (org.). **Psicologia e práticas sociais**. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 422 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/886qz/pdf/zanella-9788599662878.pdf>>. Acesso em 06 Jun 2019.

\_\_\_\_\_. Ética. In: STREY, Marlene Neves, et al. **Psicologia Social Contemporânea**. 18ª Ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal, PORTUGAL, Francisco Teixeira (orgs.). **História da psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2006. Disponível em: <<http://nacionalarte.com.br/psc/wp-content/uploads/2017/04/Historia-da-Psicologia-Rumos-e-percursos.pdf>>. Acesso em: 18 Mai 2019.

JORNAL, do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. **Psicologia e políticas públicas**. Ano 7, nº 27, mar./abr., 2010. Disponível em: <<http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/jornal27-politicas-publicas.pdf>>. Acesso em 17 Jun 2019.

LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (orgs.). **Psicologia Social: O homem em movimento**. 8ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. Disponível em: <[https://www.academia.edu/16367699/LIVRO - Psicologia social - o homem em movimento - LANE Silvia CODO Wanderley Orgs](https://www.academia.edu/16367699/LIVRO_-_Psicologia_social_-_o_homem_em_movimento_-_LANE_Silvia_CODO_Wanderley_Orgs)>. Acesso em 21 Mai 2019.

LIMA, Joelma dos Santos; RUZENE, Denise Santos; SILVA, Daniel Pereira. Inovação tecnológica e sua função social. **Anais do VII Simpósio de Engenharia de Produção de Sergipe**. São Cristóvão-SE, out., 2015. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/7831/2/InovacaoTecnologicaFuncaoSocial.pdf>>. Acesso em: 24 Mai 2019.

LOPES, Leidiane Pereira; NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do. O que faz uma psicologia social? Intervenção na psicologia social brasileira. **Psicologia & Sociedade**. Vol. 28, nº 1, p. 14-25, Minas Gerais, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309343970003>>. Acesso em: 06 Jun 2019.

LOPES, Socorro Vieira et al. Análise do conceito de promoção da saúde. **Texto & Contexto Enfermagem**. Vol. 19, nº 3, p. 461-468, jul./set., 2010. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71416099007>>. Acesso em: 15 Jun 2019.

MACKAY, Ian. **Como ouvir pessoas**. São Paulo: Nobel, 2000.

MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**. Vol. VII, nº 13, p. 31-44, jan./jun., 2002. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v7n13/v7n13a03.pdf>>. Acesso em: 19 Mai 2019.

MARTIN, Sueli Terezinha Ferrero; ALVES, Cecilia Pescatore. ABRAPSO: Uma história de enfrentamentos e contradições. In: PEREZ, Deivis; SILVA, Eduardo Pinto e; SIMÕES, Maria Cristina Dancham (orgs.). **Práxis em Psicologia Social: o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privatista**. Porto Alegre: ABRAPSO Editora, 196 p. (Coleção Encontros em Psicologia Social, Vol 4). 2017. Disponível em: <[https://www.abrapso.org.br/download/download?ID\\_DOWNLOAD=552](https://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=552)>. Acesso em: 27 Mai 2019.

MATSUMOTO, Adriana Eiko. **Práxis social e emancipação: perspectivas e contradições no Estado Democrático de Direito Penal**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, jun., 2013. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17014/1/Adriana%20Eiko%20Matsumoto.pdf>>. Acesso em: 21 Jun 2019.

MEDRADO, Benedito; GALINDO, Wedna; (orgs.). **Psicologia Social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO**. 1ª Ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. Disponível em: <[https://www.abrapso.org.br/download/download?ID\\_DOWNLOAD=562](https://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=562)>. Acesso em: 27 Mai 2019.

MIGLIAVACCA, Eva Maria. Breve reflexão sobre o *setting*. **Boletim de Psicologia**. Vol. LVIII, nº 129, p. 219-226, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v58n129/v58n129a09.pdf>>. Acesso em: 13 Jun 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed., Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 19 Jun 2019.

MOREIRA, Letícia Machado; ESTEVES, Cristiane Silva. Revisitando a teoria do *setting* terapêutico. **Psicologia.PT**. p. 1-8, 2012. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0628.pdf>>. Acesso em: 13 Jun 2019.

NEIVA, Kathia Maria Costa et al. **Intervenção Psicossocial: Aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas**. São Paulo: Editora Vetor, 2010.

OLIVEIRA-MONTEIRO, Nancy Ramacciotti de et al. Reflexões sobre ética na supervisão em Psicologia. **Boletim de Psicologia**. Vol. LXIII, nº 139, p. 217-225, 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v63n139/v63n139a09.pdf>>. Acesso em: 10 Mai 2019.

PAN, Miriam A. Graciano de Souza et al. Subjetividade: Um diálogo interdisciplinar. **Interação em Psicologia**. Vol. 15, nº (n. esp.), p. 1-13, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/viewFile/25365/16994>>. Acesso em: 19 Mai 2019.

PEREIRA, Thayanne Branches; BRANCO, Vera Lúcia Rodrigues. As Estratégias de *Coping* na Promoção à Saúde Mental de Pacientes Oncológicos: Uma Revisão Bibliográfica. **Revista Psicologia e Saúde**. Vol. 8, nº 1, p. 24-31, jan./jun., 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v8n1/v8n1a04.pdf>>. Acesso em: 17 Jun 2019.

PERFEITO, Hélvia Cristine Castro Silva; MELO, Sandra Augusta de. Evolução dos processos de triagem psicológica em uma clínica-escola. **Revista Estudos de Psicologia**. Vol. 21, nº 1, p. 33-42. PUC-Campinas, jan./abr., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v21n1/a03v21n1.pdf>>. Acesso em: 11 Jun 2019.

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) Psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**. Vol. 19, nº 3, p. 14-19, Porto Alegre, set./dez., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n3/a03v19n3.pdf>>. Acesso em: 26 Mai 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Rio Grande do Sul: Editora Feevale, 2013. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zUDsAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=metodologia+da+pesquisa,+m>>

[%C3%A9todos+e+tecnicas&ots=da47dft8yM&sig=ABxH5Gwe0121\\_cBC69ywcRDEu0#v=onepage&q=observ%C3%A7%C3%A3o%20&f=false](#)> Acesso em: 07 Mai 2019.

QUEIROZ, Ivana Pinheiro de Abreu Rabelo. **Apoio social, coping e suas repercussões no humor depressivo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Goiás, 72 p., Goiânia, 2009. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/2011/1/IVANA%20PINHEIRO%20DE%20ABREU%20RABELO%20QUEIROZ.pdf>>. Acesso em: 17 Jun 2019.

RASERA, Emerson Fernando; ROCHA, Rita Martins Godoy. Sentidos sobre a prática grupal no contexto de saúde pública. **Psicologia em Estudo**. Vol. 15, nº 1, p. 35-44, Maringá, jan./mar., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v15n1/a05v15n1.pdf>>. Acesso em: 20 Jun 2019.

REQUISITOS para ser uma pessoa normal (traduzido). Produção de Axel Kuschevatzky, Oriol Maymó e Paco Plaza. Direção e roteiro de Leticia Dolera. Espanha, A Contracorriente Films, 2015, 1 DVD (81 min.).

RIBEIRO, Renato Mendonça et al. Estratégias de enfrentamento dos enfermeiros em serviço hospitalar de emergência. **Acta Paulista de Enfermagem**. Vol. 28, nº 3, p. 216-223, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3070/307039760005.pdf>> Acesso em: 17 Jun 2019.

RODRIGUES, Aroldo. A crise de identidade da psicologia social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**. Vol. 30, nº 4, p. 3-11, Rio de Janeiro, out./dez., 1978. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpa/article/view/17970/16723>>. Acesso em: 22 Mai 2019.

\_\_\_\_\_; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia Social**. 27ª Ed. revista e ampliada. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2009. Disponível em: <<https://www.jjire.com.br/psicologia/PSICOLOGIA%20SOCIAL%20parte%201.pdf>>. Acesso em: 21 Mai 2019.

ROSE, Nikolas. Psicologia como uma ciência social. **Psicologia & Sociedade**. Vol. 20, nº 2, p. 155-164, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a02v20n2.pdf>>. Acesso em: 21 Mai 2019.

SANGY, Maísa. Saúde no Trabalho: intervenção psicossocial com trabalhadores de um hospital público. **II Congresso Interdisciplinar de pesquisa, iniciação científica e extensão**. Faculdade de Estudos Administrativos de MG (FEAD). 2017. Disponível em: <<http://izabelahendrix.edu.br/pesquisa/anais/arquivo-2017/saude-no-trabalho-intervencao-psicossocial-com-trabalhadores-de-um-hospital-publico.pdf>> Acesso em: 17 Jun 2019.

SATO, Leny; BERNARDO, Marcia Hespanhol; OLIVEIRA, Fábio de. Psicologia Social do Trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos

micropolíticos. **Psicologia para América Latina**. Nº 15, México, dez., 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2008000400010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400010)>. Acesso em: 19 Jun 2019.

SILVA NETO, Walter Mariano de Faria; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de. Práticas do Supervisor Acadêmico na Formação do Psicólogo: Estudo Bibliométrico. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Vol. 35, nº 4, p. 1042-1058, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n4/1982-3703-pcp-35-4-1042.pdf>>. Acesso em: 10 Jun 2019.

SILVA, Renata Beatriz da. **A função da Supervisão na Formação do Psicólogo Clínico na Abordagem Centrada na Pessoa**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS. Porto Alegre, dez., 2006. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5003/1/000387790-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em 21 Jun 2019.

SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho; BAZZO, Walter Antonio. Ciência e Tecnologia: Transformando a relação do ser humano com o mundo. **IX Simpósio Internacional Processo Civilizador**. Ponta Grossa-PR, 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/workshop/art19.pdf>>. Acesso em: 20 Mai 2019.

SOUZA, Márcia Roberta Clementino de. **As dinâmicas sociais e as psicologias dos grupos**. Monografia apresentada ao curso de Pedagogia. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/graduacao/pedagogia-presencial/MarciaRobertaClementinodeSouza.PDF>>. Acesso em: 11 Jun 2019.

STAMATO, Calil et al. (orgs). **Psicologia e políticas públicas: Reflexões e experiências**. Santos-SP: Editora Universitária Leopoldianum, 2016. Disponível em: <<https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2016/08/Psicologia.pdf>>. Acesso em: 17 Jun 2019.

TRINDADE, Cristiano Santos. **A importância do acolhimento no processo de trabalho das equipes de Saúde da Família**. Monografia – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte/MG, 2010. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2303.pdf>>. Acesso em: 11 Jun 2019.

TRINDADE, Letícia de Lima; et al. Estresse e síndrome de *burnout* entre trabalhadores da equipe de Saúde da Família. **Acta Paul. Enferm.** Vol. 23, nº 5, p. 684-689, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v23n5/16.pdf>>. Acesso em: 10 Jun 2019.

VITIELLO, Nelson; GONÇALVES, Ana Cristina Canosa; et al. **Manual de dinâmicas de grupo**. São Paulo: Iglu, 250 p., 1997. Disponível em:

<[https://www.academia.edu/5642987/DINAMICAS\\_DE\\_GRUPO -- Nelson Vitiello](https://www.academia.edu/5642987/DINAMICAS_DE_GRUPO_-_Nelson_Vitiello)>.  
Acesso em 11 Jun 2019.